



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAELA APARECIDA DE SOUZA

**O ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO INICIAL DE BEBÊS NA
CRECHE**

Presidente Prudente - SP
2025

RAFAELA APARECIDA DE SOUZA

**O ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO INICIAL DE BEBÊS NA
CRECHE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Processos formativos, infância e juventude

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andreia Cristiane Silva Wiezzel

Presidente Prudente - SP
2025

S729a

Souza, Rafaela Aparecida de

O ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO INICIAL
DE BEBÊS NA CRECHE / Rafaela Aparecida de Souza. -- Presidente
Prudente, 2025

97 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Andreia Cristiane Silva Wiezzel

1. Bebês. 2. Adaptação inicial. 3. Desenvolvimento infantil. 4.
Acolhimento. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O acolhimento no processo de adaptação inicial de bebês na creche.

AUTORA: RAFAELA APARECIDA DE SOUZA

ORIENTADORA: ANDREIA CRISTIANE SILVA WIEZZEL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Educação, pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ANDREIA CRISTIANE SILVA WIEZZEL**
Data: 11/11/2025 16:14:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ANDREIA CRISTIANE SILVA WIEZZEL (Participação Virtual)
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei/UNESP

Profa. Dra. CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI (Participação Virtual)
FCT UNESP Presidente Prudente

Prof(a). Dr(a). DIOGO DA SILVA ROIZ (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Presidente Prudente, 11 de setembro de 2025.

Dedicatória

A todas as mães que um dia quiseram estar
com seus filhos no processo de acolhimento
da creche e tiveram seus direitos negados

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me fortalecido na fé e me guiado com resiliência até a conclusão deste trabalho.

À Professora e orientadora **Andreia Cristiane Silva Wizzel**, por sua incansável dedicação, pela paciência inesgotável e por ter sido a luz constante neste percurso. Nos abismos da incerteza, sua crença inabalável em meu potencial serviu como o farol que me guiou, permitindo-me atravessar a tempestade e alcançar a margem da certeza.

À Professora Doutora **Cinthia Magda Fernandes Ariosi**, cujo incentivo foi crucial para a concretização desta pesquisa. Sou grata por seus ensinamentos sobre a importância da Educação Infantil e pela disponibilidade em compor a banca examinadora, contribuindo com sua leitura e sugestões valiosas na qualificação e defesa deste estudo.

Ao Professor Doutor **Diogo da Silva Roiz**, pelo aceite em participar da banca, pela atenção dedicada à leitura e pelas valiosas considerações que enriqueceram esta pesquisa.

Às minhas filhas, **Sabrina, Heloisa e Cecília**, minhas maiores inspirações. A vocês, que compartilharam cada angústia e celebraram cada vitória comigo, dedico este trabalho. O amor de vocês foi minha maior força, e nossa jornada de superação me provou que, juntas, somos invencíveis.

Ao pai e à avó das minhas filhas, por todo o apoio e pela dedicação no cuidado com minhas meninas. A colaboração de vocês foi essencial, permitindo-me focar nesta etapa com a certeza de que elas estavam seguras e bem cuidadas.

À minha mãe, ao meu padrasto e aos meus irmãos, por estarem ao meu lado em todos os momentos, e por serem meu porto seguro. A presença e o apoio de vocês me lembram diariamente do verdadeiro significado da palavra família.

Às minhas amigas, **Letícia, Sthefany e Paula**, por sua escuta incansável, por me fortalecerem com palavras de encorajamento e por todos os momentos de leveza que compartilhamos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gratidão!

*“Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida”*

Fernando Brant e Milton Nascimento.

RESUMO

Este trabalho, parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), investigou a relevância do acolhimento no período de adaptação inicial de bebês na creche. Com o objetivo de analisar e propor indicadores de acolhimento, a pesquisa buscou contextualizar a história das creches e aprofundar os conceitos de adaptação e acolhimento. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além da análise de documentos oficiais que regem a educação infantil no Brasil. Os resultados da pesquisa demonstram que a adaptação é um processo complexo e delicado, que exige uma transição segura e o respeito às necessidades emocionais da criança, especialmente no momento da separação familiar. A teoria do desenvolvimento emocional de Donald Woods Winnicott serviu como referencial, destacando a importância do "ambiente facilitador" e do papel do professor na criação de vínculos afetivos que complementem o apoio familiar. O estudo revelou que, apesar das diretrizes sólidas em documentos como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), ainda existe um abismo entre o que é prescrito e a realidade das instituições, que enfrentam desafios como turmas superlotadas e falta de infraestrutura. A pesquisa conclui que o acolhimento é mais do que uma prática educativa: é uma necessidade vital para o desenvolvimento saudável dos bebês, sendo fundamental para garantir que sua entrada na escola seja uma experiência positiva e enriquecedora.

Palavras-chave: Bebês; Adaptação inicial; Desenvolvimento infantil; Acolhimento.

ABSTRACT

This study, developed as part of the Graduate Program in Education at the São Paulo State University (UNESP), investigated the relevance of caregiving and welcoming during the initial adaptation period for infants in daycare centers. The research aimed to analyze and propose effective practices for welcoming children. To this end, it was necessary to contextualize the history of daycare centers and define the concepts of adaptation and welcoming. The methodology consisted of an in-depth bibliographic review conducted in databases such as the CAPES Periodical Portal and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), along with the analysis of official documents that govern early childhood education in Brazil. The results of the research demonstrate that adaptation is a complex and sensitive process, requiring a safe transition that respects the child's emotional needs, especially during separation from the family. Donald Woods Winnicott's theory of emotional development served as the theoretical framework, highlighting the importance of a "facilitating environment" and the teacher's role in creating affective bonds that complement family support. The study revealed that, despite the solid guidelines in documents like the Brazilian National Curricular Reference for Early Childhood Education (1998), there is still a gap between what is prescribed and the reality of educational institutions. These institutions often face challenges such as overcrowded classes and inadequate infrastructure. The research concludes that welcoming is more than an educational practice: it is a vital necessity for the healthy development of infants, and ensuring their entry into school is a positive and enriching experience.

Keywords: Babies; Initial adaptation; Child development; Reception.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Resultado do levantamento geral realizado no Portal de Periódicos da CAPES.....	20
Quadro 2 – Dados das publicações selecionadas no Portal de Periódicos da CAPES.....	21
Quadro 3- Resultado do levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	22
Quadro 4 – Seleção da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	23-24
Quadro 5 - Documentos oficiais pesquisados para a educação infantil.....	25

LISTA DE SIGLAS

BDTD — Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES — Coordenação de Pessoal de Nível Superior

DCNEI — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC — Ministério da Educação

PCN — Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE — Plano Nacional de Educação

RCNEI — Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3 A CRECHE: CONTEXTUALIZAÇÃO	26
4 O ACOLHIMENTO E A ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	33
5 FUNDAMENTOS DO ACOLHIMENTO NA CRECHE.....	51
5.1 O desenvolvimento emocional infantil e o papel da professora	51
5.2 Acolhimento: significados na creche	62
6 ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO DENTRO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO.....	71
6.1 Planejamento.....	71
6.2 Matrícula	73
6.3 Entrevista.....	75
6.4 Ambiente	77
6.5 Objeto transicional	79
6.6 Envolvimento da família.....	81
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS:	90

1 INTRODUÇÃO

A jornada que me levou a esta pesquisa começou muito antes da minha vida acadêmica, com o nascimento das minhas filhas, Sabrina (18) e Heloisa (11). A maternidade, com todas as suas dúvidas e inseguranças, me fez perceber a enorme responsabilidade de educar e o quanto o conhecimento é fundamental para isso. Palpites externos — "dá só leite de peito", "essa menina chora demais", "vai ficar mimada" — eram constantes e, por vezes, aceitos por mim, por pura falta de conhecimento. Essa vulnerabilidade me impulsionou a buscar uma formação que me desse mais segurança e autonomia como mãe e, futuramente, como profissional da educação.

Foi com essa motivação que ingressei no curso de Pedagogia em 2017. A partir daí, passei a me reconhecer no mundo da educação, vivenciando experiências marcantes. Uma delas foi o Programa de Residência Pedagógica da CAPES, que me transformou completamente. A oportunidade de conciliar a teoria com a prática dentro da escola, planejando e avaliando aulas, me deu a certeza da minha escolha profissional. Esse período me permitiu experimentar os desafios e as alegrias da docência, consolidando meu grande interesse pela Educação Infantil.

Minha afinidade com a área se aprofundou ao frequentar o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Primeira Infância. No entanto, a vivência que realmente direcionou esta pesquisa foi um estágio em um maternal com crianças de dois e três anos. Acompanhei de perto o período de adaptação e percebi a dificuldade e o sofrimento tanto das crianças quanto de seus familiares. Vi pais que, mesmo presentes, se sentiam desamparados e desistiam diante do choro incessante dos filhos, uma cena que me remeteu às minhas próprias experiências como mãe. Percebi que o problema não era apenas a insegurança da criança, mas também a do adulto, o que dificultava ainda mais o processo. Essa experiência me fez questionar a falta de acolhimento nas instituições e a distância entre o que os documentos oficiais preconizam e a realidade.

A vivência da mãe que sofre ao deixar o filho e a da professora que não consegue acolher plenamente por falta de estrutura me mostraram que este é um tema urgente e necessário de ser investigado. O presente estudo é, portanto, um reflexo dessa busca por entender e propor soluções para um acolhimento

que respeite o desenvolvimento emocional, tanto dos bebês quanto de suas famílias. É uma tentativa de unir minha experiência pessoal com a pesquisa científica.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento infantil na primeira infância ocorre de forma acelerada e em múltiplos aspectos. Dessa maneira, na fase de bebê, a dependência em relação aos cuidadores é total para o atendimento de necessidades essenciais, como alimentação, regulação térmica e a decodificação do choro. Concomitantemente, o desenvolvimento físico se manifesta por meio de movimentos progressivos, culminando no engatinhar e nos primeiros passos, que demonstram a percepção do próprio corpo.

Inicialmente, a família desempenha o papel central na identificação e satisfação dessas necessidades. Com a transição para a creche, essa responsabilidade passa a ser compartilhada com a professora, que se torna, gradualmente, uma nova figura de referência para o bebê nesse novo contexto. De tal maneira,

Tais bebês, especialmente aqueles que ficam em período integral e não possuem o cuidado materno durante a maior parte do dia, também devem ter a oportunidade de estabelecer vínculos e criar relações afetivas dentro do ambiente no qual estão, uma vez que a importância destas relações é fundamental para o seu desenvolvimento psíquico, cognitivo e emocional. (Albuquerque; Oliveira, 2018, p. 79).

Nessa linha de pensamento, assim como, desde o nascimento no seio de sua família, um bebê pode aos poucos desenvolver os aspectos citados acima, na creche, o acolhimento e a adaptação são considerados direitos primordiais para o pleno desenvolvimento da criança. Essa abordagem é essencial tanto para bebês de 0 a 3 anos quanto para crianças de 4 e 5 anos, que estão na educação infantil. Por isso, enfatizamos em consonância ao que estabelecido na legislação brasileira que:

A educação infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil, 1996, p. 11).

Ou seja, quando se trata da educação escolar esses direitos devem ser garantidos, é dessa forma que a criança consegue enfrentar o mundo com sua

forma única de ser. Mas será que as instituições estão conseguindo preservar o direito que a criança tem desde o nascimento, levando em consideração essas mudanças que são tão importantes? De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.5), espera-se que:

[...] em nome da melhoria da educação infantil, [estas políticas] possam reverter em um enriquecimento das discussões pedagógicas no interior de cada instituição, subsidiando a elaboração de projetos educativos singulares, em parceria com as famílias e a comunidade. (Brasil, 1998, p. 5).

Nesse contexto, é crucial respeitar o desenvolvimento e as especificidades da criança. Por isso, torna-se fundamental compreender como a escola de educação infantil realiza o acolhimento, especialmente no primeiro contato da criança com o ambiente escolar. Para melhor compreender o conceito de acolhimento, é necessário, primeiramente, diferenciá-lo de adaptação. Segundo o dicionário online, "adaptação" significa "ajustar uma coisa à outra" (Dicio, 2024), enquanto "acolhimento" refere-se à "ação ou efeito de acolher; acolhida. Modo de receber ou maneira de ser recebido; consideração" (Dicio, 2024).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006) asseguram que as instituições têm autonomia na elaboração de seus projetos político-pedagógicos. Essa autonomia possibilita o planejamento do início do ano letivo, especialmente do período de adaptação, de forma a evitar que a transição de casa para a creche se torne uma experiência traumática. É fundamental considerar que, nessa fase, o bebê ainda está se situando no mundo e mantém um forte vínculo com a família, e as emoções geradas pela mudança podem se manifestar em diferentes comportamentos. Sendo assim,

É importante que se solicite, nos primeiros dias, e até quando se fizer necessário, a presença da mãe ou do pai ou de alguém conhecido da criança para que ela possa enfrentar o ambiente estranho junto de alguém com quem se sinta segura. Quando tiver estabelecido um vínculo afetivo com o professor e com as outras crianças, é que ela poderá enfrentar bem a separação, sendo capaz de se despedir da pessoa querida, com segurança e desprendimento. (Brasil, 1998, p. 82).

É pertinente ressaltar, no entanto, que o processo de adaptação escolar demanda cautela, uma vez que a transição de bebês do ambiente familiar para o escolar é um desafio significativo. Assim, a maneira como essa mudança

ocorre pode gerar implicações no desenvolvimento da criança, tornando-o um percurso difícil. Diante disso, Rapoport e Piccinini (2001, p. 91) confirmam que:

[...] a adaptação à creche apresenta para a criança inúmeras situações potencialmente estressantes, com as quais ela vai lidar utilizando-se de estratégias de enfrentamento. Entre estas situações destaca-se a despedida da mãe/pai, o ambiente novo, o relacionamento com a educadora e outras crianças, as novas rotinas, a necessidade de compartilhar brinquedos, as refeições e o sono. (Rapoport; Piccinini, 2001, p. 91).

Para compreender como a adaptação escolar pode afetar o desenvolvimento da criança, será exposto um delineamento de como ocorre o desenvolvimento emocional infantil, desde o momento em que o bebê ainda está sendo gestado pela mãe na barriga. O autor de referência que será utilizado para este estudo será o psicanalista Donald Woods Winnicott (1896-1971) que se destaca nesse assunto, pois dedicou sua vida ao estudo do desenvolvimento emocional infantil após a Primeira Guerra Mundial.

Tal conhecimento é essencial para os profissionais da educação que atuam diretamente com os bebês, pois permite compreender que essa mudança pode afetar significativamente o desenvolvimento emocional da criança e que estratégias de acolhimento adequadas podem minimizar os impactos negativos desse processo. Para tanto, é fundamental compreender a origem histórica da creche, o que a legislação estabelece sobre o acolhimento e as transformações ocorridas ao longo do tempo na busca por instituições de educação infantil de qualidade.

Quando se trata do início da vida escolar, falamos de um momento de muito aprendizado e desenvolvimento, apesar de se constituir uma das fases mais difíceis de a criança enfrentar devido às novas situações com as quais irá se deparar. Por isso, o cuidado com a abordagem adotada para a realização do trabalho junto aos bebês, por meio do uso de técnicas inovadoras, é importante, uma vez que as boas experiências vividas por eles neste momento marcarão positivamente o desenvolvimento do seu processo de escolarização.

Esse momento é emocionalmente delicado e pede total atenção por parte das professoras na identificação de possíveis sentimentos, como o isolamento, o desconforto, a sensação de abandono, a agressividade, crises de mau humor, gritos, esperneio e choro entre as crianças, que não devem ser ignorados. Nessa perspectiva, “A adaptação muitas vezes é difícil não só para a

criança, mas também para a família e a professora, pois implica em reorganizações e transformações para todos. (Rapoport; Piccinini, 2001, p.86).

Nesse primeiro contato com o âmbito escolar é importante a professora desenvolver o vínculo de confiança, se tornando a base segura do bebê. Portanto, deve conhecer seus desejos e suas necessidades, tendo contato com ele e sua família antes mesmo de a nova realidade iniciar. Isto porque, embora o termo utilizado para este momento seja “adaptação”, não significa que o bebê deva se acomodar à estrutura criada pela creche, mas, antes em vez disso, ser acolhido seguindo suas necessidades e características.

Conforme discutido no início deste trabalho, o interesse em investigar o processo de adaptação escolar surgiu da minha experiência de estágio em uma instituição particular. Por cerca de um mês e meio, acompanhei a adaptação de crianças de dois e três anos, observando comportamentos distintos: enquanto algumas se mostravam tranquilas, outras exibiam sinais de retração, melancolia ou choro persistente.

Algumas crianças desse último grupo (chorosas) tinham a companhia de seus pais junto à instituição em decorrência de sua dificuldade de adaptação. Os responsáveis ficavam na escola por um longo período acompanhando seus filhos à distância, evitando interferências desnecessárias na esperança da evolução do quadro adaptativo. Quando percebiam que o choro delas não cessava, optavam por levá-las embora, pois não conseguiam lidar com a situação. Era visível o sofrimento e a angústia em suas expressões faciais.

Nesse processo, pude perceber que não houve o devido acolhimento das crianças e de suas famílias antes de iniciar as aulas, motivo pelo qual passei a pesquisar sobre o assunto, mais especificamente sobre as crianças de zero a dois anos (bebês), que têm uma ligação muito forte com a família, de modo a buscar formas de minimizar impactos negativos nesse momento delicado. Considerando que uma satisfatória adaptação à escola é parte importante para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, é necessário que não somente elas, mas os pais, vivenciem de forma menos conflituosa este período. Acreditando que o processo de adaptação escolar deva ser um trabalho conjunto entre instituição escolar e família, é fundamental que ambos compreendam seu papel neste contexto, conforme defende Oliveira (2018).

No que concerne ao primeiro contato do bebê com o ambiente da creche, que envolve a descoberta de novos espaços e o estabelecimento de novos vínculos afetivos, a busca por práticas de acolhimento torna-se fundamental. É imprescindível que essas práticas considerem a formação dos primeiros laços e assegurem a integralidade dos direitos da criança. Diante desse panorama, o presente estudo propõe-se a investigar a seguinte questão: os documentos oficiais têm como proposta uma prática de acolhimento que leve em consideração as necessidades emocionais e de desenvolvimento dos bebês?

Para responder à pergunta em questão, essa investigação tem como objetivo geral analisar a importância do acolhimento durante o processo de adaptação de bebês na creche, sugerindo estratégias para o acolhimento. Para tanto, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- Definir os conceitos de adaptação e acolhimento na escola;
- Analisar se (e como) os processos que envolvem o acolhimento estão presentes nos documentos oficiais que regem a Educação Infantil;
- Refletir sobre o papel da professora diante do acolhimento na adaptação inicial de bebês;
- Construir estratégias para o acolhimento que considerem as necessidades emocionais e de desenvolvimento dos bebês.

A dissertação foi organizada da seguinte forma: na seção 1, a introdução, apresentam-se os aspectos gerais e estruturais da pesquisa. A seção 2 consiste nos procedimentos metodológicos, que apresenta a análise documental e a pesquisa bibliográfica que se relaciona com o estudo, feitas em duas bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Na seção 3, abordamos a respeito da história da educação infantil, para entender por qual demanda surgiu a creche e o quanto ela se modificou ao longo dos anos. Na seção 4, foi analisada a legislação que rege a educação infantil desde o momento em que ela foi incluída como direito educacional, identificando se (e como) comparecem os termos adaptação e acolhimento. Na seção 5 foram apresentados os fundamentos e os significados do acolhimento na creche, trazendo inicialmente características que envolvem o desenvolvimento emocional da criança para que se possa pensar em estratégias para o acolhimento - o que o leitor encontrará na seção 6.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e da análise documental. A pesquisa bibliográfica abordou o acolhimento na educação infantil e as obras do autor Donald Woods Winnicott, enquanto a análise de documentos examinou as leis que envolvem essa etapa da educação.

A pesquisa bibliográfica (Lima; Mito, 2007) foi utilizada para construir a base teórica do trabalho, por meio do levantamento e da análise de artigos, livros, teses e dissertações que discutem o desenvolvimento emocional na primeira infância, o papel da família e do professor, e o conceito de adaptação e acolhimento. A análise documental, por sua vez, foi fundamental para examinar documentos oficiais e a legislação pertinente à educação infantil, permitindo uma reflexão sobre as diretrizes e os desafios na implementação de práticas de acolhimento. A combinação desses procedimentos possibilitou uma compreensão completa do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica se caracteriza por um conjunto organizado de processos na busca de soluções de acordo com o objeto do estudo. A principal estratégia desse método é a leitura, [...] “pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles, de modo a analisar a sua consistência” (Lima; Mito, 2007, p. 41).

A partir da escolha do tema, Lima; Mito (2007) contribuem com 5 passos que podem ser seguidos neste processo:

- a) **Leitura e reconhecimento do material bibliográfico:** compreende o acesso às bases de dados com leitura rápida do material que se relaciona com o tema.
- b) **Leitura exploratória:** consiste, também, em leitura rápida para compreender o tema central do texto, selecionando os dados pertinentes e identificando se são, de fato, importantes para o estudo.
- c) **Leitura seletiva:** busca determinar os trabalhos que de fato interessam e se relacionam com os objetivos da pesquisa, selecionando os dados consideráveis e descartando os secundários.
- d) **Leitura reflexiva ou crítica:** nessa fase é necessária uma análise crítica dos trabalhos para organizar e categorizar as informações

encontradas, pois compreender as afirmações e posições do autor é importante para a definição concreta das obras a fim de responder aos questionamentos encontrados nos objetivos da pesquisa.

- e) **Leitura interpretativa:** considerada a etapa mais difícil, em que é preciso associar as ideias, ou seja, interpretar os conceitos atribuídos pelo autor, relacionando-os com o propósito do estudo para o qual se busca respostas. “O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador.” (Lima; Miotto, 2007, p.41).

Em face disso e a partir dos critérios já elencados, a pesquisa foi iniciada com o levantamento bibliográfico em dois bancos de dados, quais sejam: Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O Portal CAPES, um dos maiores acervos virtuais do país, foi essencial para acessar uma vasta quantidade de artigos científicos de alta qualidade, garantindo que a pesquisa se baseasse em conteúdos atuais e rigorosos. Sua função de democratizar o acesso ao conhecimento em todo o território nacional, diminuindo as diferenças regionais, foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Por sua vez, a BDTD complementou a busca de forma estratégica. Como um acervo de acesso aberto que reúne teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras, a plataforma permitiu uma análise aprofundada da produção acadêmica nacional sobre o tema, revelando o estado da arte e possíveis lacunas na área. A combinação dessas duas plataformas garantiu uma base teórica sólida e abrangente, cobrindo tanto as publicações periódicas quanto as pesquisas de mestrado e doutorado.

O levantamento foi realizado a partir dos seguintes descritores: Adaptação *and* educação infantil; Acolhimento *and* educação infantil; Acolhimento *and* creche; Adaptação de bebês; Professor adaptação creche; Professor acolhimento creche; Professor adaptação bebês; Professor acolhimento bebês; Práticas acolhimento bebês; Práticas adaptação bebês; Práticas adaptação creche; Práticas acolhimento creche; Ações de acolhimento creche. Em alguns descritores há o termo *and*, que atua como operador booleano para filtrar os trabalhos específicos que continham os dois termos selecionados.

A busca foi realizada no idioma português, envolvendo crianças de zero a dois anos, sem uma delimitação cronológica, de maneira a identificar a partir de que ano foram publicados os primeiros trabalhos quanto às temáticas da pesquisa. Os resultados obtidos em cada base de dados estão apresentados a seguir:

Quadro 1- Resultado do levantamento geral realizado no Portal de Periódicos da CAPES

Descritores	Publicações encontradas	Publicações selecionadas
Adaptação; educação infantil	98	2
Acolhimento; educação infantil	48	1
Acolhimento; creche	9	00
Adaptação de bebês	166	10
Professor adaptação creche	4	1
Professor acolhimento creche	12	00
Professor adaptação bebês	7	00
Professor acolhimento bebês	6	00
Práticas de acolhimento bebês	43	00
Práticas adaptação bebês	39	00
Práticas de adaptação creche	18	00
Práticas de acolhimento creche	13	02
Ações acolhimento creche	13	00
Total	476	16

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela pesquisadora (2023).

A partir da primeira busca mais ampla, foram encontrados 476 resultados. Destes, seguindo os critérios utilizados por Lima; Miotto (2007), item b) leitura exploratória, que visa identificar o tema central do texto, foram selecionadas 16 publicações, sendo elas: Rapoport; Piccinini (2001), com duas publicações no mesmo ano Amorim; Anjos; Vasconcelos; Rossetti-Ferreira (2004), Amorim; Anjos; Rossetti-Ferreira (2012), Bossi; Soares; Lopes; Piccinini (2014), Gobbato; Barbosa (2015), Worst (2016), Bossi; Brites; Piccinin (2017), Ferreira (2017), Marcos; Garms (2017), Grande; Nunes; Coelho; Cadima; Barros (2017), Piccinini; Bossi; Rapoport (2018), Vercelli; Negrão (2019), Rasche (2020), Dentz; Castro; Neder; Amorim (2022) e Uellner e Frizzo (2023).

Após a leitura seletiva (item c) de Lima; Miotto (2007), para identificar se os trabalhos eram interessantes e estavam de acordo com os objetivos do estudo, apenas um destes 16 trabalhos, intitulado “Processos interativos de

bebês na creche”, de Amorim; Anjos; Rossetti-Ferreira (2012), não contribuiria com a pesquisa, o que resultou em 15 trabalhos que envolvem diretamente o objeto da presente investigação. Os dados a respeito dessas publicações foram organizados no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Dados das publicações selecionadas no Portal de Periódicos da CAPES

Título	Autores	Ano
O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos	Rapoport; Piccinini	2001
Concepção de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche	Rapoport; Piccinini	2001
Interações de bebês em creche	Amorim; Anjos; Vasconcelos; Rossetti-Ferreira	2004
Adaptação à creche e o Processo de Separação-individual: Reações dos bebês e Sentimentos Parentais	Bossi; Soares; Lopes; Piccinini	2014
Os bebês nos corredores da creche: num espaço entre espaços, exploração e acolhimento	Gobbato; Barbosa	2015
Adaptação de bebês na educação infantil	Worst	2016
A experiência do bebê na creche: Percepções de mães e de educadoras no período de transição do contexto familiar para a creche	Grande; Nunes; Coelho; Cadima; Barros	2017
Os bebês na educação infantil: um olhar para as relações creche e famílias.	Ferreira	2017
A formação de um vínculo afetivo entre educadoras e crianças como possibilidade para uma adaptação feliz a creche	Marcos; Garms	2017
Adaptação de Bebês à Creche: Aspectos que facilitam ou não esse Período ¹	Bossi; Brites; Piccinini	2017
Adaptação de bebês à creche aos 4-5 meses de idade: as 10 primeiras semanas	Piccinini; Bossi; Rapoport	2018
Um olhar sobre o período de adaptação de crianças pequenas a um centro de educação infantil e o uso de objetos transicionais.	Vercelli; Negrão	2019
O processo de acolhimento e adaptação do bebê na creche em Sinop, Mato Grosso	Rasche	2020
Processo de transição com ingresso de bebês na educação infantil: revisão bibliográfica	Dentz; Castro; Neder; Amorim	2022
Repercussões do choro dos bebês durante o processo de adaptação a creche.	Uellner; Frizzo	2023

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela pesquisadora (2023).

Dentre esses 15 artigos, nove são voltados à área da psicologia, o que caracteriza a relação do período de adaptação com fatores emocionais. Somente os artigos de Worst (2016), Ferreira, (2017), Marcos; Garms (2017), Gobbato; Barbosa (2017), Vercelli; Negrão, (2019) e Rasche (2020) são voltados à área da educação.

Para a seleção dos trabalhos, foram excluídas as produções que, embora identificadas na busca inicial, não se alinhavam diretamente aos objetivos da pesquisa. Os temas mais recorrentes entre os materiais desconsiderados incluíam: adaptação de recursos pedagógicos na educação especial, desafio dos docentes no ensino remoto, adaptação de crianças com deficiência no ensino regular, migração infantil, acolhimento em instituições de acolhimento e acolhimento de crianças em situação de abandono.

Os artigos mais antigos quanto à adaptação são datados de 2001, três anos após a publicação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1988) - primeiro documento voltado especificamente para a primeira infância. Portanto, segundo a busca nos periódicos da CAPES, a adaptação de bebês foi uma preocupação manifestada nos estudos a partir da publicação deste documento.

Com relação à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a busca retomou uma amplitude ainda maior de trabalhos, em comparação com o Portal de Periódicos da CAPES. Nestas duas bases foi frequente o fato de os resultados apresentarem repetições. Nestes casos, foram consideradas apenas uma vez cada produção repetida. Os dados obtidos na BDTD estão organizados no quadro a seguir:

Quadro 3- Resultado do levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Descritores	Publicações encontradas	Publicações selecionadas
Adaptação <i>and</i> educação infantil	209	05
Acolhimento <i>and</i> educação infantil	223	01
Acolhimento <i>and</i> creche	48	01
Adaptação de bebês	2116	01
Professor adaptação creche	8	00
Professor acolhimento creche	21	01
Professor adaptação bebês	206	01
Professor acolhimento bebês	6	00
Práticas de acolhimento bebês	107	01
Práticas adaptação bebês	384	00
Práticas de adaptação creche	10	00
Práticas de acolhimento creche	23	00
Ações acolhimento creche	13	00
Total	3374	11

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela pesquisadora (2023).

O levantamento inicial, a partir dos descritores, resultou em 3.374 trabalhos (entre teses e dissertações). Para a seleção do material, foi realizada uma leitura exploratória (item b), conforme a metodologia de Lima e Miotto (2007), que permitiu a identificação de 11 produções relevantes para o estudo: seis dissertações e cinco teses. As dissertações selecionadas são de autoria de Pantalena (2010), Jacques (2011), Gurgel (2011), Macarini (2018), Bueno (2019) e Dotto (2019). As teses foram de: Rapoport (2003), Madeira (2017), Oliveira (2018), Vargas (2019) e Ferreira (2020).

Após a leitura seletiva (item c), etapa metodológica indicada por Lima e Miotto (2007), nenhum trabalho foi excluído, pois todos os estudos se mostraram alinhados com os objetivos da pesquisa. As produções foram mantidas por abordarem, de forma aprofundada, a adaptação e o acolhimento na educação infantil, além de apresentarem estratégias e sugestões de ações docentes para o início do percurso escolar da criança.

A análise do material revelou a natureza multidisciplinar do tema. Do total de trabalhos selecionados, oito são da área da educação, quatro da psicologia e dois da saúde materno infantil. Essa distribuição reforça a importância da psicologia como um campo fundamental para a compreensão dos processos de adaptação infantil.

A seguir apresenta-se o quadro com os títulos, autores, tipos de pesquisa

Quadro 4 – Seleção da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Autores	Tipo de pesquisa	Ano
Da gestação ao primeiro ano de vida do bebê: apoio social e ingresso na creche	Andrea Rapoport	Tese	2003
O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais	Eliane Sukerth Pantalena	Dissertação	2010
Inserção na creche e as relações sociais: estudo de caso de um bebê recém-chegado	Rubia Eneida Holz Jacques	Dissertação	2011
A relação mãe e bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas	Karina Machado Rocha Gurgel	Dissertação	2011
Adaptação à creche e o Processo de Separação-individual: Reações dos bebês e Sentimentos Parentais	Maria Cristina Madeira	Tese	2017
As primeiras experiências das crianças na educação infantil	Célia Verônica Macarini	Dissertação	2018

O processo de adaptação das crianças na educação infantil: o desafio das famílias e dos educadores da infância	Suélien Cristiane Marcos Oliveira	Tese	2018
Psicanálise e educação: do "período de adaptação" ao (im)possível de adaptar	Karina de Queiroz Bueno	Dissertação	2019
Necessidades emocionais de bebês e crianças pequenas na primeira infância em educação infantil: produção de vídeos para famílias e educadores	Fernando Real Dotto	Dissertação	2019
Bebês em suas experiências primeiras: perspectivas para uma escola da infância	Gardia Maria Santos de Vargas	Tese	2019
Expressões emocionais de bebês e práticas de cuidado e educação em diferentes contextos de desenvolvimento.	Ludmilla Dell'Isola Pelegrini de Melo Ferreira	Tese	2020

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela pesquisadora (2023).

A maioria dos trabalhos que foram descartados por não caracterizarem o escopo da pesquisa, tratavam de assuntos como: inserção e adaptação de crianças com deficiência na educação infantil, adaptação do ensino remoto na educação infantil, adaptação de livros na educação infantil, desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, adaptação e estratégia familiar para construção de vínculo na adoção tardia, adaptação de crianças com baixa visão, adaptação curricular do ensino de música e formação inicial de professores.

Os resultados da busca geral mostram que as primeiras pesquisas sobre adaptação na educação infantil começaram a surgir cinco anos após a LDBEN 9.394/96 ter estabelecido essa etapa como parte da educação básica. O campo, no entanto, manteve-se pouco explorado em seus primeiros anos, como evidenciado pelo hiato de oito anos entre a tese de Rapoport (2003) — o trabalho mais antigo encontrado — e a dissertação de Pantalena (2010). Embora a produção científica tenha ganhado maior ênfase a partir de 2017, a lacuna histórica justifica a necessidade de mais estudos. Desse modo, e tendo em vista as necessidades afetivas da criança e os desafios que o período de adaptação impõe à escola e à família, aprofundar o debate sobre o acolhimento é crucial para a formação inicial e continuada de professores.

A análise documental é constituída como uma fonte rica para investigação de diversos materiais na busca de novas interpretações. Cellard (2008, p. 297) caracteriza a documentação como: “[...] arquivos governamentais (federais, regionais, escolares ou municipais), os arquivos do estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica”. Esse estudo foi feito com

base na legislação que aborda o direito da educação e a específica da educação infantil, avançando de forma cronológica, para observar as mudanças que ocorreram conforme o decorrer dos anos.

A seguir serão apresentados os documentos que foram analisados na seção 4 desta pesquisa: “Adaptação e acolhimento nos documentos oficiais da educação infantil.”

Quadro 5- Documentos oficiais pesquisados para a educação infantil

Documento	Ano
Constituição Federal	1988
Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil	1998
Parâmetros para a Qualidade na Educação Infantil	2006
Critérios para um atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças	2009
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil	2009
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	2010
Brinquedos e Brincadeiras de creche	2012
Parâmetros Nacionais para a Qualidade na Educação Infantil	2018
Currículo Paulista	2019
Currículo de Presidente Prudente	2020

Fonte: Levantamento documental realizado pela pesquisadora (2023).

A partir do levantamento bibliográfico e da análise documental, foram desenvolvidas as seções seguintes desta dissertação, considerando as etapas de interpretação e síntese (itens d, e) propostas por Lima e Mito (2007).

3 A CRECHE: CONTEXTUALIZAÇÃO

Para compreender a história da creche, é fundamental analisar a evolução histórica do conceito de infância. De acordo com os estudos de Philippe Ariès (1986), o sentimento de infância como o conhecemos hoje começou a se delinear a partir do século XIII, quando a criança passou a ser socialmente distinguida do adulto. Anteriormente, não havia uma diferenciação clara entre eles, o que se manifestava na ausência de vestuário e atividades específicas para a criança, que participava de todas as esferas da vida adulta. Nessa linha de pensamento,

Levou-se séculos para que a humanidade aceitasse a criança como tal, como um ser diferente de um adulto, que merecesse atenção e cuidados diferenciados. Até o fim do século XVII, segundo Phillipe Ariès, ainda não havia se estabelecido o sentimento de infância, dessa forma, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura e a infância era um mero período de transição, que passaria rápido e quase não deixaria recordações. Ela convivia no meio dos adultos sem nenhuma diferenciação no tratamento. (Fuly; Veiga, 2012, p.86).

No passado, a alta mortalidade infantil era uma realidade com a qual as famílias conviviam, e a morte das crianças não era vista com a devida importância. Essa atitude de desdém, no entanto, foi gradualmente se transformando. A partir do momento em que a morte infantil se tornou significativa para a sociedade, uma maior cautela e preocupação com a vida das crianças passaram a moldar os cuidados dispensados a elas. Assim,

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. Portanto, não surpreende que essa revolução escolar e sentimental tenha sido seguida, com o passar do tempo, de um malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária da natalidade, observável no século XVIII. (Ariès 1986, p. 12).

A identificação da infância como uma categoria social específica foi um marco fundamental, e os estudos de Philippe Ariès foram instrumentais para essa mudança de perspectiva. Sua obra foi crucial para a percepção de que a criança é um ser que vive, que é presente e que compõe a sociedade com sua identidade própria. A relevância de seu trabalho, mesmo diante das críticas, é confirmada por Fuly e Veiga (2012, p. 87), que afirmam: "Apesar das críticas sofridas por Ariès com relação a sua pesquisa, ainda hoje ele é um marco na

referência aos estudos relacionados ao aparecimento do sentimento da infância."

A criança, embora dependente de cuidados, é um ser completo, dotado de vontades e desejos que modificam ativamente o ambiente em que vive. Essa nova percepção, que teve seus primeiros traços no século XVIII, demandou um longo processo de conscientização social. O caminho para que a criança fosse enxergada em sua totalidade e tivesse seus direitos garantidos foi lento, mas a virada ocorreu no século XX. Foi na segunda metade desse século que, de fato, a sociedade a reconheceu como um indivíduo de direitos, conforme aponta Didone (2001, p. 16): "A segunda metade do século XX consagrou a noção de criança cidadã, derivada da compreensão de sua dignidade humana desde o nascimento."

É crucial esclarecer, portanto, que a história da creche está intrinsecamente ligada às profundas mudanças sociais e familiares causadas pela Revolução Industrial. No século XVIII, na Europa, a ascensão das indústrias e o aumento da urbanização resultaram em uma reconfiguração completa da estrutura familiar. A migração de grandes grupos populacionais do campo para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, alterou o modelo familiar tradicional.

No passado, a família era tipicamente extensa, com a conveniência de múltiplas gerações e laços colaterais (avós, tios e primos) sob o mesmo teto. Nesse arranjo, os cuidados com as crianças eram compartilhados. Com a urbanização e a transição para a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, essa rede de apoio diminuiu drasticamente. Com a nova divisão do trabalho, os homens e os filhos mais velhos se dedicavam à indústria, enquanto as mulheres, que antes cuidavam do lar e dos filhos pequenos, também passaram a buscar emprego para complementar a renda familiar. Essa tendência de reconfiguração familiar continuou a evoluir, e hoje é possível identificar diversos tipos de famílias, como a monoparental, homoparental, reconstituída, entre outras.

A entrada da mulher no mercado de trabalho criou uma demanda social nova: o cuidado com as crianças pequenas. Didonet (2001, p. 12) destaca que "A revolução industrial, no século XVIII, na Europa, deu partida ao emprego da

mão-de-obra feminina, provocando uma substancial alteração na forma de cuidar e educar as crianças." A falta de opções seguras para deixar os filhos acarretou um alto índice de mortalidade infantil, pois muitas crianças acabavam ficando sozinhas em casa, expostas a riscos. Essa situação ressaltou a necessidade de instituições que pudessem acolher e cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam.

[...] ao sair para o trabalho, os pais [têm] que deixar sua filha ou filho recém-nascido ou ainda bebezinho sozinho. Mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e acidentes domésticos passaram a chamar a atenção e despertar sentimento de piedade e solidariedade de religiosos, empresários, educadores. (Didonet, 2001, p.12).

Sendo assim, as pessoas que se compadeceram da situação, viram a necessidade de um ambiente que pudesse cuidar dessa criança enquanto o restante da família trabalhava. Vale ressaltar, no entanto, que as mães foram primordiais no desenvolvimento desses locais, pois buscavam cuidados alternativos com melhores condições para seus filhos.

Esses fatores econômicos, históricos e sociais foram os primeiros a moldar a creche tradicional. Ela surgiu, portanto, com uma função predominantemente assistencial, servindo como um local de guarda e cuidado para as crianças enquanto seus pais estavam no trabalho. Nesse contexto, a educação infantil como a conhecemos hoje era inexistente, pois a responsabilidade pela formação e pelo desenvolvimento da criança ainda era considerada uma atribuição exclusiva da família, e não da instituição. Didonet (2001, p.12) afirma: "Essa origem determinou a associação creche/criança e o caráter assistencial(lista) da creche." No entanto ela foi criada para apoio às famílias - principalmente às mães que começam a adentrar o mercado de trabalho após a revolução industrial - como forma de cuidados.

A característica assistencial que marcou a origem das creches fez com que o seu principal objetivo não fosse o desenvolvimento da criança, mas sim o atendimento às necessidades da população mais carente. Por não existirem, à época, estudos específicos sobre o desenvolvimento infantil, os cuidados oferecidos eram rudimentares, priorizando aspectos básicos como a higiene, a nutrição e a saúde física dos pequenos, como apontam Fuly e Veiga (2012).

A história dos cuidados com crianças teve seu início marcado pela filantropia. Segundo Fuly; Veiga (2012, p.89): “Surge então, em 1832 no Rio de Janeiro, a primeira instituição de amparo às crianças abandonadas, conhecida no Brasil como “roda do exposto ou do enjeitado.” Com essa concepção somente os filhos das mulheres pobres e trabalhadoras que ficavam aos cuidados extradomiciliares, por elas precisarem de emprego. Didonet, (2001, p. 12) explica a esse respeito que: “Durante bastante tempo, orfanato e creche eram quase sinônimos.” Assim,

Inicialmente, as creches no Brasil estiveram vinculadas ao atendimento de populações de baixa renda e o trabalho desenvolvido era de cunho assistencial-custodial, voltado para a alimentação, higiene e segurança física das crianças. (Oliveira; Mello; Vitoria; Rossetti-Ferreira, 1992 apud Rapopot; Piccinini, 2001, p.81).

Visto que as condições das crianças que chegavam para serem cuidadas nesses ambientes eram precárias, o modelo filantrópico perdurou por muito tempo, marcado pela preocupação com as altas taxas de mortalidade infantil. Por esse motivo, a creche teve seu desenvolvimento unido à saúde, hábitos de higiene e alimentação.

As preocupações médicas com as crianças atendidas pelo sistema filantrópico, motivadas pelas altas taxas de mortalidade, já estavam presentes na década de 70 do século 19, aliando pediatria e filantropia, mas é na década de 30 do século 20 que se ampliou a atuação dos profissionais da saúde, com propostas higienistas, revezando-se no discurso ou mesclando atuação médica, sanitária, assistencialista e moral. A partir de 1940 começaram a formular-se políticas de Estado para a infância. (Didonet, 2001, p.13).

Esses apontamentos também contribuíram na modificação da instituição que atendia crianças bem pequenas, passando de assistencial para educacional. Por um longo período, a creche esteve sob a responsabilidade da assistência social, com o objetivo principal de resguardar as crianças de situações de risco. Nesse contexto, o “cuidar” emergiu como a atividade central dessas instituições, que operavam sob a jurisdição da Secretaria de Assistência Social, conforme afirmam Fuly e Veiga (2012, p. 88). Ainda no século XX, essa correlação com o atendimento a famílias de baixa renda fez com que algumas instituições oferecessem, além do cuidado, cursos para as mães, buscando aprimorar a organização familiar, segundo Kuhlmann (2000).

Na década de 1980, no entanto, intensificaram-se os esforços para transformar a creche em uma instituição de caráter educacional. Um marco desse movimento foi o parecer do Conselho Federal de Educação de maio de 1981, citado por Kuhlmann (2000, p. 12), no qual Eurides Brito da Silva apontava diretrizes para um sistema público de educação pré-escolar que incluísse crianças de 0 a 3 anos. Esses apontamentos foram cruciais para a modificação da instituição, que passou a ser reconhecida por sua função educacional, e não apenas assistencial.

A ausência da família ampliada — avós, tios, irmãos morando próximo — e o envolvimento de muitos desses adultos no mundo do trabalho têm indicado a escola de educação infantil como o parceiro privilegiado para ser o suporte dos pais e das mães na tarefa de cuidar e educar as crianças pequenas. Esse papel de partilha não se restringe ao apoio concreto durante o período de atendimento direto às crianças na creche, mas constitui-se em referência para a reflexão sobre as ações de cuidado e educação das crianças pequenas. (Barbosa, 2010, p.2).

A proposta de tornar a creche um direito da criança, e não mais da família, representou um avanço significativo. Contudo, é fundamental reconhecer que a família continua sendo uma parte essencial desse processo, uma vez que a necessidade de cuidado e acolhimento surge inicialmente como uma demanda da mãe. Esse ponto é confirmado por Kuhlmann (2000, p. 12):

Daí a proposição de que as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem um direito da criança. Como se esses dois direitos fossem incompatíveis, como se as instituições educacionais fossem um direito natural e não fruto de uma construção social e histórica.

A visão da creche como um direito exclusivo da família desconsidera o direito fundamental da criança à educação desde o seu nascimento. No entanto, é fundamental reconhecer que a instituição se consolidou como uma construção social multifacetada, diretamente ligada ao emprego da mulher, à busca por igualdade de oportunidades e à questão socioeconômica das famílias, conforme destacam Nunes, Corsino e Didonet (2011).

A formalização desse direito se consolidou com a Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 208, a Constituição estabeleceu a responsabilidade do Estado pela educação infantil, expondo: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade". A partir de então, as secretarias

e ministérios da educação passaram a se responsabilizar e a criar ações para efetivar esse direito.

Com esse marco as instituições começam a romper com o modelo assistencial e sanitarista, de que somente o cuidado prevalece, assim o compromisso educacional começa a tomar forma. Nesse viés,

[...] com a Constituição Federal de 1988, o Brasil começou um processo de transferência de responsabilidade quanto ao atendimento de educar e cuidar da primeira infância para o setor educacional. Esta Constituição traz como característica a ênfase no estabelecimento de políticas públicas universais, a concepção de educação como um direito de todas as crianças desde o nascimento e a concepção de criança cidadã, sujeito de direitos, cujo desenvolvimento é indivisível. (Nunes, Corsino e Didonet, 2011, p.8).

A transição do modelo assistencial para o educacional na creche demandou discussões aprofundadas sobre a relação entre cuidar e educar. A compreensão de que a criança necessita tanto de educação quanto de cuidados levou à conclusão de que os dois conceitos não se separam, mas se complementam. Esse entendimento é sintetizado por Nunes, Corsino e Didonet (2011, p. 13):

Educar e cuidar, duas ações separadas na origem dos serviços de atenção à criança pequena, tornam-se, aos poucos, duas faces de um ato único de zelo pelo desenvolvimento integral da criança. Cuidar e educar se realizam num gesto indissociável de atenção integral. Cuidando, se educa. Educando, se cuida. Impossível um sem o outro.

Com essa definição houve a necessidade de compreender a criança em seus aspectos integrais com a finalidade de desenvolver caminhos para uma educação de qualidade. Dessa forma, a criação de creches ganha espaço no cenário educacional.

No último Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014, constituído pela Lei nº 13.005/2014, foram definidas 20 metas que deveriam ser cumpridas no prazo 10 anos com incumbências dos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. A Meta 1 do plano nacional estabelece a ampliação da oferta de vagas em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. A concretização dessa meta depende de um planejamento contínuo, que será realizado por meio de levantamentos periódicos da demanda por esse serviço.

Em um evento conjunto, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) divulgaram os dados do Censo Escolar de 2023. O documento apresentado traça um panorama da educação básica, relacionando os dados obtidos com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE):

O número de matriculados em creches passou de 3,9 milhões em 2022 para mais de 4,1 milhões em 2023. Com isso, o Brasil está a cerca de 900 mil matrículas da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), que propõe chegar, em 2024, a 50% da população de até 3 anos matriculada.

Para isso, o país precisa chegar a um patamar de matrículas em torno de 5 milhões. A estimativa leva em conta, além do Censo Escolar, a população dessa faixa etária apurada no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados indicam que 2023 registrou 76,7 mil creches em funcionamento. Do total de matriculados, 33,2% estão na rede privada e 50,4% em instituições conveniadas com o poder público. Outro ponto importante: 99,8% dos alunos das creches públicas estão em escolas municipais. (Inep, 2023, s.p.).

São quase 80 mil creches registradas no Brasil, com esse resultado é possível identificar o quanto que atender as crianças de forma universal faz parte da preocupação do Ministério da Educação, visto que a creche surgiu apenas para atender a necessidade familiar, mas, atualmente, a preocupação maior é a de que as crianças de 0 a 3 anos estejam bem amparadas em instituições educacionais próprias, garantido seu pleno desenvolvimento.

Seguindo essa linha de pensamento, a próxima seção se dedica à análise cronológica de documentos que versam sobre a educação infantil. O objetivo é aprofundar a discussão sobre as questões de adaptação e acolhimento infantil no contexto das creches, a partir do arcabouço legal.

4 O ACOLHIMENTO E A ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Como visto na seção anterior, foi a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988), que a transição da responsabilidade pelas instituições que cuidavam de crianças pequenas passou a ser dever do Estado, como incumbência educacional. Logo após, em 1990, surge, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante proteção total à criança e ao adolescente, prevenindo de qualquer tipo de negligência e priorizando as melhores condições em qualquer setor social. Sobre a educação infantil o Estatuto assegura o direito à educação, prevendo “[...] atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade”.

A legislação relevante para a educação infantil emerge a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Esta lei é uma publicação importante no âmbito educacional, pois define e organiza a educação básica nacional e dispõe sobre as responsabilidades do governo e família a fim de promover o pleno desenvolvimento do educando. Delimita, ainda, que a educação escolar ocorra mediante o ensino em instituições próprias:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996, p.1).

Nela há um composto especial às modalidades escolares, incluindo a educação infantil como primeira etapa da educação básica, que: “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996 p.11).

A LDBEN (1996) foi essencial para que fossem desenvolvidas políticas específicas para a educação infantil, composta por creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade. Assim, surge também uma compreensão mais específica, motivando especialistas a investigarem mais profundamente sobre a criança pequena, passando a compreender que ela é sujeita de direitos e que o “tempo de infância” deve ser preservado (BRASIL, 2018).

Esse marco quebra com a relação do cuidar reservado somente à família por conta das mudanças históricas sobre a necessidade da mãe ao ter que ir

para o mercado de trabalho e deixar seu filho aos cuidados de outrem. Essa visão se rompe, segundo Didonet, (2001, p.13):

a) Pela mudança de enfoque: da mãe operária para a criança pessoa-em-desenvolvimento e b) pela universalização do atendimento. Centrando a atenção na criança sujeito-de-educação, elide-se a “culpabilização” da mãe que não pode cuidar e educar seu filho porque tem que trabalhar. Se existe uma instituição social especializada em educação e cuidado de crianças, que atende não apenas aquelas cujas mães não [têm] tempo para encarregar-se disso, mas todas que a desejarem, é evidente que não recai sobre a mulher aquela imputação de descaso. Sendo um lugar de atendimento integral para todas as crianças, e não apenas as provenientes das famílias pobres, define-se o tipo e o conteúdo dos serviços a partir da criança como pessoa-em-desenvolvimento e não a partir de categorias de pobreza, carência, abandono...

A criança entra em foco em virtude do pleno desenvolvimento e as políticas passam a serem desenvolvidas especialmente para os avanços dos estabelecimentos oficiais direcionados à educação infantil. De tal modo, a primeira legislação desenvolvida em especial para essa faixa etária após a LDB (1996), foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), que aponta metas de qualidade, articulando os cuidados essenciais e educativos com propósito de desenvolvimento integral da criança:

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. (Brasil, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) apresenta propostas que não têm caráter obrigatório, mas sim o objetivo de subsidiar o sistema educacional na construção de seu currículo. Elas são direcionadas, especialmente, aos professores em início de carreira na educação infantil, oferecendo orientações educativas que buscam auxiliar o profissional no desenvolvimento de seus conhecimentos e na conscientização sobre sua prática. Desse modo, o documento sugere caminhos de atuação e serve como base para discussões e aprimoramento contínuo da educação infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e os documentos subsequentes tiveram um papel crucial na transição do modelo assistencialista para o educacional. Conforme discutido na seção anterior, o

modelo assistencial se construiu para atender a uma necessidade inicialmente familiar, como aponta Didonet (2001). Sendo assim:

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas (Brasil, 1998).

Nesse sentido, a criança é colocada no centro da construção de melhorias que visam o seu desenvolvimento, a qualificação dos profissionais que a atendem e a reestruturação dos ambientes de educação infantil. O Referencial Curricular é composto por três volumes, sendo que o primeiro apresenta uma introdução sobre creches e pré-escolas no Brasil, estabelecendo as concepções de criança, educação, escola e profissionalismo. A concepção de criança nesse documento é embasada em princípios que levam em consideração as seguintes necessidades:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (Brasil, 1998, p.13).

Com esses princípios, o direito da criança e suas diversas formas de lidar com o mundo irão envolver as propostas para currículo da educação infantil. Isso porque a educação entra como principal fundamento, sem menosprezar o cuidado, já que são intrínsecos, conforme Nunes, Corsino e Didonet (2011). Sendo assim e com referência à LDB (1996) ao expor que o cuidado e a educação são indissociáveis e que o pleno desenvolvimento deve ocorrer na escola, com a família e a comunidade, os documentos apresentam formas de como essa parceria poderia ocorrer.

Sobre a discussão sobre educar e cuidar, Didonet, (2001, p. 17) acrescenta:

A meu ver, a alternativa creche ou família é falsa. Não se trata de uma ou outra. Tanto a creche deve ser boa para cumprir as funções de cuidado e educação quanto a família tem de possuir condições materiais, ambientais, afetivas e conhecimentos para atender às necessidades de seus filhos pequenos. A LDB montou a equação de forma correta: a educação infantil tem um papel complementar ao da família no cuidado e educação da criança. Nem substitutivo nem alternativo.

Worst (2016), diz que o cuidar e o educar são pilares na adaptação de crianças de 0 a 2 anos, principalmente por meio da relação professora-criança.

Assim, a entrada da criança na escola marca o início de um processo de adaptação que, por ser o primeiro contato com o novo ambiente, demanda uma ação complementar entre a família e a instituição de ensino. O documento em questão pontua que as famílias devem ser consideradas como parceiras fundamentais nesse contexto. Juntamente com os profissionais, elas colaborarão para buscar estratégias que garantam uma interação harmoniosa da criança com o novo ambiente. Esse momento, que o documento trata como "A entrada da instituição", é um processo delicado que pode gerar desafios para todos os envolvidos: a criança, a família e a professora.

A adaptação muitas vezes é difícil não só para a criança, mas também para a família e a educadora, pois implica em reorganizações e transformações para todos. A forma como este processo é vivenciado pelas pessoas envolvidas influencia e é influenciada pelas reações das crianças (Rapoport; Piccinini, 2001, p. 86).

Quanto menor a criança, maior a ligação dela com a família, o que sugere a necessidade de atenção redobrada com os bebês na creche. Portanto, o envolvimento familiar é muito importante, por se tratar de uma separação que pode trazer efeitos dolorosos. Em face disso, o ambiente precisa ser pensado de maneira a acolher esse bebê:

Com os bebês muito pequenos, o principal cuidado será preparar o seu lugar no ambiente, o seu berço, identificá-lo com o nome, providenciar os alimentos que irá receber, e principalmente tranquilizar os pais. A permanência na instituição de alguns objetos de transição, como a chupeta, a fralda que ele usa para cheirar, um mordedor, ou mesmo o bico da mamadeira a que ele está acostumado, ajudará neste processo. (Brasil 1998, p.80).

Quando se trata de bebês todo cuidado é relevante: a forma de pegá-lo, de alimentá-lo e de lhe apresentar um objeto, farão diferença em sua transição. Neste processo deve prevalecer a intenção de acolher não somente o bebê, mas também a mãe³, pois, quando ela se sente insegura, o processo de adaptação

pode ser mais demorado, afetando diretamente a criança. Ressaltamos diante disso que:

É comum os pais se sentirem inseguros e desconfiados, principalmente quando se trata do primeiro filho e se for ainda bebê. Existem casos em que é mais difícil para os pais separarem-se da criança do que para a criança adaptar-se ao ambiente da creche. As mães podem experimentar sentimentos ambivalentes, conscientes ou inconscientes, sobre deixar suas crianças aos cuidados de outras pessoas (McMahon, 1994, apud (Rapoport; Picinini, 2001, p.87).

Na mesma vertente, Albuquerque e Oliveira (2018, p. 80) explicam que:

Considerando que o bebê possui sua mãe como espelho e que ele enxerga a si mesmo a partir do olhar materno, é através da atitude emocional dela perante à instituição berçário e à cuidadora e pela forma como ela demonstra seus afetos em relação a esta pessoa que o bebê orienta seus próprios afetos.

Vale ressaltar ainda que no processo de adaptação, a atenção da professora deve ser voltada para os bebês, reforçando que a presença de poucas crianças nesse momento é essencial para que essa atenção seja oferecida de forma especial (Brasil, 1998). Neste contexto é preciso criar um espaço bem planejado em nível de ações e ambientes.

O professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas (Brasil 1998, p.82).

Não há somente a preocupação com a primeira entrada da criança na instituição, mas de como esse espaço deve ser concebido, quais objetos podem ser utilizados para amenizar os sentimentos mais difíceis, reforçando a presença da família sempre que necessário. A importância da equipe escolar apoiando e sugerindo formas de enfrentamento à situação é um ponto valioso, pois a professora também passa pela adaptação. Todo esse processo deve ser cauteloso, com intenções claras de proporcionar bem-estar para os envolvidos.

O segundo volume do Referencial Curricular é referente ao domínio da Formação Pessoal e Social da criança, favorecendo a criação de sua “Identidade e Autonomia”. Apresenta como se desenvolve a identidade das crianças, a partir do nome, dos aspectos físicos e das interações com seu ciclo social, que inicialmente imita como forma de aprendizagem e logo se diferencia, criando suas próprias características pessoais através da busca pela autonomia. (Brasil, 1998).

O documento cita que a fonte real da identidade ocorre a partir das primeiras interações, que é a família, pois é ela que vai atribuir elementos que a distinguem das restantes. A instituição de educação infantil por meio das relações que terá nesse ambiente é um forte influenciador, sendo “[...] um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas” (Brasil, 1998, p.11).

Sendo a família a primeira fonte para a construção de identidade da criança, ao começar explorar socialmente o mundo, principalmente com o primeiro ingresso na escola, o acolhimento é o primeiro passo para que ela se sinta segura, estando diante de um ambiente diferente e importante na construção de sua autonomia. Segundo Brasil, (1998, p.14):

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores. (Brasil, 1998, p. 14).

Nesse ínterim, para que a criança possa se desenvolver de forma integral, é essencial que ela confie no ambiente em que está inserida. O acolhimento se torna, assim, um pilar fundamental desde a entrada da criança na escola, pois a criação de oportunidades pelas instituições é um caminho crucial para o reconhecimento do "eu" e para o desenvolvimento da noção de pertencimento. Esse trabalho com o acolhimento, portanto, é central para o desenvolvimento desses processos identitários.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foi, portanto, um documento decisivo, concebido para moldar essa nova abordagem. Ele é o resultado de um processo colaborativo, fruto de intensos debates entre professores e profissionais diretamente ligados à criança pequena, que contribuíram com suas vastas experiências no âmbito escolar, acadêmico e científico. O documento é composto por três volumes, sendo o primeiro um guia introdutório que estabelece a nova concepção de criança, educação, escola e o profissionalismo necessário para atuar com essa faixa etária no Brasil.

Dentre os volumes, o segundo, intitulado Conhecimento de Mundo, aprofunda a composição das diversas formas de linguagem da criança e sua relação com o conhecimento. Para tanto, ele propõe eixos de trabalho como Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. O documento aborda os objetivos, conteúdos e orientações gerais para o desenvolvimento de cada um desses eixos, dividindo as sugestões por idade (de zero a três anos e de quatro a cinco anos). O caráter didático do material permite que os professores trabalhem de acordo com a realidade vivenciada com as crianças, tornando a aplicação prática.

Essa nova concepção pedagógica, defendida pelo RCNEI, representa um marco na superação do modelo tradicional assistencialista das creches. Por meio de suas propostas, o documento deu início a uma reflexão contínua sobre a prática docente, buscando o enriquecimento das discussões pedagógicas e auxiliando na construção de propostas educacionais em parceria com as famílias e a comunidade (Brasil, 1998).

Como um desdobramento dessa evolução, em 2006, foram publicados os Parâmetros Nacionais para a Qualidade na Educação Infantil, organizados em dois volumes. Esses documentos foram criados para servir como uma referência sólida para a organização e o funcionamento das instituições de creches e pré-escolas, tendo como base os princípios de igualdade e qualidade no atendimento. De acordo com o próprio Brasil (2018, p. 7), esses parâmetros "representaram um marco indutor relevante das Políticas Públicas, contemplando aspectos relacionados ao direito de todas as crianças ao atendimento educacional". Os Parâmetros foram concebidos para:

Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade (Brasil, 2006, p. 7).

O objetivo do documento não é apresentar um padrão máximo ou mínimo dos requisitos para a educação infantil e, sim, condições que proporcionem o desenvolvimento integral das crianças, com parâmetros vastos que abarquem as diversas regiões do país, como forma de respeitaras múltiplas manifestações culturais (Brasil (2006). Para considerar as diversidades culturais

é preciso reconhecer que o conhecimento inicial da criança vem da família, dos valores e crenças apresentados a ela.

Nessa perspectiva e levando em consideração a participação da família no processo de adaptação, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), abordam que:

O período de acolhimento inicial (“adaptação”) demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis pelas crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição. (Brasil, 2006, p.32).

Ainda, conforme os Parâmetros, deve haver [...] uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis durante o período de acolhimento inicial (“adaptação”) das crianças” (Brasil, 2006, Vol.2, p. 38). O acolhimento no primeiro contato escolar tanto da criança quanto dos familiares pode ser um grande marco na vida de ambos, que irá depender da forma como o professor organizará essa chegada.

Em 2009 foi publicado o documento “Critérios para um Atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, composto por duas partes. A primeira traz os critérios para a organização e funcionamento das instituições, destacando os seguintes direitos:

- Nossas crianças têm direito à brincadeira
- Nossas crianças têm direito à atenção individual
- Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante
- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza
- Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos
- **Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche**
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religioso. (Brasil, 2006, p. 13, grifo nosso).

A segunda parte apresenta critérios relacionados “[...] à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais” (Brasil, 2009, p.7). Essas especificações foram desenvolvidas para que o atendimento das crianças

respeite seus direitos essenciais, com garantia de saúde e segurança para seu pleno desenvolvimento.

Uma referência à adaptação comparece logo no início do documento no qual se encontra o seguinte enunciado: “*Esta creche respeita a criança*”. Esta seção diz respeito a medidas que a creche pode tomar com relação ao tópico: “Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche” (Brasil, 2009, p. 13). Estipula-se, assim, que:

- As crianças recebem nossa atenção individual quando começam a frequentar a creche
- As mães e os pais recebem uma atenção especial para ganhar confiança e familiaridade com a creche
- Nossas crianças têm direito à presença de um de seus familiares na creche durante seu período de adaptação
- Nosso planejamento reconhece que o período de adaptação é um momento muito especial para cada criança, sua família e seus educadores
- Nosso planejamento é flexível quanto a rotinas e horários para as crianças em período de adaptação
- Nossas crianças têm direito de trazer um objeto querido de casa para ajudá-las na adaptação à creche: uma boneca, um brinquedo, uma chupeta, um travesseiro
- Criamos condições para que os irmãozinhos maiores que já estão na creche ajudem os menores em sua adaptação à creche
- As mães e os pais são sempre bem-vindos à creche
- Reconhecemos que uma conversa aberta e franca com as mães e os pais é o melhor caminho para superar as dificuldades do período de adaptação
- Observamos com atenção a reação dos bebês e de seus familiares durante o período de adaptação
- Nunca deixamos crianças inseguras, assustadas, chorando ou apáticas, sem atenção e carinho
- Nossas crianças têm direito a um cuidado especial com sua alimentação durante o período de adaptação
- Observamos com cuidado a saúde dos bebês durante o período de adaptação

Observa-se claramente, nesse trecho, especificações sobre como a adaptação pode ocorrer: atendimento individual, acolhimento das famílias para que se sintam mais seguras no ambiente, cuidado com o planejamento desse momento, presença de um irmão caso esteja na mesma instituição e cuidados com a alimentação e saúde, questões essenciais para uma adaptação que respeite a criança e suas famílias em suas individualidades. Nesse caminho, mais uma vez encontram-se procedimentos que envolvem diretamente o acolher.

No ano de 2009 entrou em vigor as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), que define a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A visão da infância se transformou, a partir de novas construções e descobertas, que passaram a diferenciar a criança do adulto. A criança foi, então, considerada um ser completo que, mesmo sendo pequena, possui características únicas e uma grande capacidade de se desenvolver plenamente.

É com base nessa compreensão que a educação infantil foi estruturada. As diretrizes curriculares foram criadas para organizar as propostas pedagógicas e, dessa forma, promover o desenvolvimento integral das crianças pequenas. Assim, as diretrizes:

[...] reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (Brasil 2009, p. 11).

Um aspecto interessante do documento é que, quando caracteriza o currículo, aponta que ele deve ser desenvolvido pelas instituições em articulação com as experiências das crianças, por ela ser produtora de cultura que transforma o ambiente por onde passa.

Indo ao encontro deste pensamento, Didonet (2001, p. 15) aponta uma das funções da creche:

Centrada na criança como sujeito de educação, e tendo como referência o potencial dos primeiros anos de vida, a creche organiza-se para apoiar o desenvolvimento, promover a aprendizagem, mediar o processo de construção de conhecimentos e habilidades por parte da criança, procurando ajudá-la a ir mais longe possível nesse processo. (Didonet, 2001, p. 15).

A respeito das formas como a criança ingressa pela primeira vez na escola, essa norma aborda sobre as transições em que:

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental). (Brasil, 2009, p.29).

Dessa forma as estratégias de transição devem ser desenvolvidas pela instituição com cuidado, articulando-as aos processos de aprendizagem. Isso envolve planejar o momento da transição em que a escola recebe a criança pela

primeira vez, o que ocasiona uma certa ruptura entre a criança e sua família. No entanto convém destacar que, no caso das crianças maiores, é preciso pensar, também, nas transições dentro da creche e da educação infantil para o ensino fundamental.

A resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a qual engloba também a qualidade da educação infantil. Tem como objetivo a organização dos princípios da educação básica presentes na Constituição e na LDB, transformando-os em orientações que garantem uma formação de igualdade para todos, estimulando a reflexão crítica e prática sobre o projeto político pedagógico, fortalecendo o trabalho escolar e orientando a formação de professores e profissionais da educação, além dos sistemas e escolas de todas as redes.

Seu primeiro capítulo traz as etapas da educação básica que inicia com a educação infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos;”.

Mais uma vez a família aparece como ponto principal para o estreitamento dos laços entre criança e instituição, comparecendo em seu quarto e quinto parágrafo:

§ 4º Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos.

§ 5º A gestão da convivência e as situações em que se torna necessária a solução de problemas individuais e coletivos pelas crianças devem ser previamente programadas, com foco nas motivações estimuladas e orientadas pelos professores e demais profissionais da educação e outros de áreas pertinentes, respeitados os limites e as potencialidades de cada criança e os vínculos desta com a família ou com o seu responsável direto. (BRASIL, 2010, p.8)

Ou seja, deve haver uma dedicação dos sistemas educativos para que as instituições de educação infantil tenham condições de receber/acolher a criança e sua família respeitando o desenvolvimento e a conexão afetiva entre elas.

Conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), surge o Manual de Orientação Pedagógica, Brinquedos

e Brincadeiras na creche (2012), que contém cinco módulos, sendo eles: 1- Brincadeira e interação nas diretrizes curriculares para a educação infantil; 2- brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês (0 a 1 ano e meio); 3- brinquedos, brincadeiras e materiais para crianças pequenas (1 ano e meio a 3 anos e 11 meses); 4- Organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas; 5- critérios de compra e usos dos brinquedos e materiais para instituições de educação infantil.

Diante disso, o objetivo do documento supracitado é o de orientar gestores e professores sobre a organização, seleção e o uso de brinquedos e brincadeiras, especialmente para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. A seleção de brinquedos e o planejamento das brincadeiras na educação infantil exigem uma reflexão cuidadosa e intencional, identificando a quantidade para que seja o suficiente; em relação às crianças, ter segurança na qualidade para que não ofereça perigo à faixa etária dos alunos que irão utilizar e organização de onde serão mantidos e do espaço em que serão colocados. As brincadeiras precisam ter objetivos e respeitar os diversos segmentos étnicos, culturais e sociais das crianças, levando em consideração os seguintes aspectos:

1. Aceitação do brincar como um direito da criança;
2. Compreensão da importância do brincar para a criança, vista como um ser que precisa de atenção, carinho, que tem iniciativas, saberes, interesses e necessidades;
3. Criação de ambientes educativos especialmente planejados, que ofereçam oportunidades de qualidade para brincadeiras e interações;
4. Desenvolvimento da dimensão brincalhona da professora. (Brasil, 2012, p.10).

No módulo IV deste documento apresenta “organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas” Brasil (2012, p.108). Assim, o acolhimento de bebês de 0 a 1 ano e meio que ingressam na creche pela primeira vez exige um olhar sensível. Para que a adaptação seja bem-sucedida, é essencial refletir sobre o espaço com cuidado e delicadeza. Ao respeitar as necessidades e singularidades de cada bebê, é possível amenizar os sentimentos negativos relacionados a essa nova experiência, como o medo e a insegurança. O documento (Brasil, 2012, p. 112) reforça a ideia de que:

É preciso pensar com cuidado e atenção sobre a importância desse ambiente para bebês ou crianças pequenas que deixam o espaço aconchegante da família para ingressar em um mundo desconhecido. A ansiedade e o medo provocados por essa mudança podem ser

amenizados quando se respeita as necessidades das crianças, principalmente no momento da entrada na creche. Proporcionar às crianças acolhimento e inserção gradual na creche, respeitando suas individualidades e identidades são as propostas deste segmento.

Ainda sobre crianças de 1 ano e meio a 3 anos e 11 meses, o documento especifica que:

O momento de entrada e saída da instituição, transição entre a creche e o lar, deve receber atenção especial, valorizando-se vínculos e ritmos das crianças. Por isso, é importante um espaço de brincar livre, para brincadeiras de imitação, construção ou representações teatrais, lembrando que o envolvimento das crianças pequenas aumenta quando elas têm a oportunidade de escolher suas brincadeiras e de convidar outras crianças e adultos para se juntar a elas nesse momento de prazer. (Brasil, 2012, p. 112).

Esse módulo apresentou a importância de pensar em como o espaço deve ser, as formas de lidar e os brinquedos a serem usados no ingresso dos bebês na creche, para acolher as famílias e as crianças sem que haja mudanças bruscas e estranhamento, de maneira que se coloquem o ambiente, os brinquedos e as brincadeiras como parte importante nesse processo.

Seguindo essa linha de pensamento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi oficializada em dezembro de 2017, resultado de um amplo debate entre especialistas da área da educação e da sociedade (Brasil, 2017). O documento em questão tem caráter normativo e se aplica exclusivamente à educação escolar. Ele é norteado por princípios éticos, estéticos e políticos, visando o desenvolvimento integral do ser humano. Conforme o texto, essas são "aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento" (Brasil, 2017, p. 7).

O documento está dividido em cinco seções: 1- Introdução; 2- Estrutura da BNCC; 3- A etapa da educação infantil; 4- A etapa do ensino fundamental; e 5- A etapa do ensino médio. A etapa da Educação infantil que é o foco da pesquisa, abrange bebês de 0 a 1 ano e 6 meses, crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses.

Assim, no documento são apresentadas as competências gerais, com base nos eixos estruturantes que são as interações e brincadeiras, formulados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram às crianças o direito de conviver, brincar, expressar, conhecer-se e explorar em que estabelece

cinco campos de experiência: o eu o outro o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons cores e formas; escuta, fala pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidade, relações e transformações (Brasil, 2017).

A BNCC aborda a transição da criança, mas foca exclusivamente na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Isso significa que ela não trata do processo de transição e acolhimento da criança que ingressa na escola pela primeira vez. Dessa forma, cabe aos professores utilizarem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para criar estratégias de acolhimento que respeitem as necessidades e os processos individuais de cada aluno.

Com o crescente reconhecimento da importância da educação infantil, mais pesquisadores se dedicaram a estudar a criança e seu desenvolvimento. Esse avanço nos estudos contribuiu para que a sociedade passasse a respeitar mais a infância, entendendo-a como uma fase com suas próprias singularidades.

Essa nova perspectiva sobre a criança criou a necessidade de atualizar os documentos que regem a qualidade na educação. Em 2018, os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil foram publicados. Esse novo documento consolida o conhecimento das publicações de 2006 (Brasil, 2006), mas com atualizações que estão alinhadas às legislações em vigor, apresentando princípios e condutas para garantir a qualidade nas instituições de ensino. De tal modo,

A partir da compreensão de qualidade, neste documento, como o conjunto de características positivas que a Educação Infantil deve oferecer, de acordo com os parâmetros, diretrizes e princípios aqui estabelecidos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil pretendem ser a base para formular, implementar e avaliar Políticas Públicas, desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação da melhoria da qualidade, desenvolver ferramentas para medir a qualidade das práticas empregadas por adultos em diferentes serviços. (Brasil, 2018, p.12).

Esse documento é organizado por oito áreas a fim de concretizar a qualidade da educação infantil, quais sejam: 1- Gestão dos sistemas e redes de ensino, 2- Formação, carreira e remuneração dos professores e demais profissionais da educação infantil, 3- Gestão das instituições de educação infantil, 4- Currículos, interações e práticas pedagógicas, 5- Interação com a família e a comunidade, 6- Intersetorialidade, 7- Espaços, materiais e mobiliários e 8- Infraestrutura.

A área 5, Interação com a família e a comunidade, traz as diversas ocasiões e formas a partir das quais elas podem ser inseridas no contexto escolar, destacando que essas iniciativas, na criança “[...] reforça seu sentimento de pertencimento, sua segurança e consequentemente sua aprendizagem e desenvolvimento.” (Brasil, 2018, p.55). Nessa perspectiva, a participação familiar na instituição desempenha papel fundamental para que a criança se sinta acolhida. Quando ela se sente acolhida, pode exercer a liberdade para aprender e para se desenvolver.

A mudança na terminologia entre os documentos reflete uma importante evolução conceitual. Na referência de 2006, o termo "adaptação" é apresentado entre aspas e parênteses, indicando que era um conceito ainda em debate. No entanto, na publicação de 2018, ele é substituído por uma abordagem mais ampla e sensível: o "período de acolhimento inicial", a saber.

[...] assegurar que crianças sejam atendidas em suas necessidades de proteção, dedicando atenção especial durante o período de acolhimento inicial, durante as transições e em momentos peculiares de sua vida. (Brasil, 2018. p.50).

O documento de 2018 não apenas normatiza a mudança de termo, mas também delimita como deve ser o processo. O acolhimento, agora um conceito consolidado, deve ser realizado de forma a:

[...] realizar o período de acolhimento inicial da criança com uma atenção especial às famílias ou responsáveis, possibilitando a presença de um representante nas dependências da Instituição, em conjunto com os Professores e profissionais da Educação Infantil. (Brasil, 2018. p.55).

Nessa linha de pensamento, doze anos após a publicação do primeiro documento, o período de acolhimento inicial mantém sua importância, mas já não é mais visto como uma simples "adaptação" da criança à escola. O acolhimento, como conceito, aos poucos ganha espaço na educação infantil, especialmente no que se refere ao primeiro contato da criança com a instituição.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo, exigiu que diversos estados reconstruíssem seus currículos. A BNCC é a "base", ou seja, o suporte oficial que sustenta a estrutura de ensino. Por essa razão, os currículos estaduais precisam se alinhar às competências e diretrizes definidas por ela. Como resultado, em 2019, o Currículo Paulista foi homologado. Esse novo documento foi construído de forma

colaborativa por profissionais da área da educação, que uniram seus saberes para refletir e criar um currículo alinhado às novas exigências. Assim,

O Currículo Paulista define e explicita, a todos os profissionais da educação que atuam no Estado, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano. (São Paulo, 2019. p. 30).

Seu objetivo está de acordo com o pleno desenvolvimento dos alunos de todo o estado de São Paulo. O currículo traz todas as etapas da educação básica e suas áreas de linguagens. A etapa da educação infantil é composta por três seções que envolvem: a Identidade e Finalidade da Educação Infantil; Aspectos Pedagógicos; e Organizador Curricular- Intencionalidade educativa.

No aspecto pedagógico, aborda sobre a transição da educação infantil, quando a criança deixa o ambiente familiar para ingressar no institucional. Assim, a proposta é a de que esse momento seja feito tranquilamente, que os profissionais facilitem o contato da família com a escola para que possam expor seus sentimentos compartilhando suas expectativas e necessidades diante deste novo contexto, assegurando a confiança da família e, consequentemente, da criança (São Paulo, 2019).

Quando a instituição não está preparada para o acolhimento, tanto a criança quanto a família podem enfrentar dificuldades. A criança pode sentir ansiedade, angústia e insegurança, enquanto a família, que já lida com a separação, pode ter sua confiança na escola abalada, o que intensifica o desafio de adaptação para todos. Sobre essa vertente Rapaport e Piscinini (2001, p.19) afirmam que:

[...] a baixa qualidade da creche pode resultar em ansiedade e aumento de estresse nos pais. Por outro lado, quanto maior a satisfação da mãe com o cuidado dispensado, menor a sua apreensão em colocar e manter a criança na creche. O comportamento do cuidador é um dos aspectos da qualidade do atendimento mais relevantes para compreender a adaptação da criança à creche. A qualidade dos cuidados pode depender em parte da habilidade dos profissionais de serem responsivos levando em conta os padrões individuais de cada criança.

Nesse processo de transição, o documento ressalta que deve ocorrer o acolhimento da criança, que é de responsabilidade da instituição, envolve entrevistas com as famílias para que os profissionais da educação conheçam os comportamentos típicos do aluno a fim de amenizar sentimentos ruins,

respeitando seu tempo de transição até que tenha segurança no novo ambiente e proporcionando-lhe bem-estar com interação dos novos espaços e pessoas.

A pesquisa foi realizada em Presidente Prudente, o que torna a análise do Currículo Municipal de Presidente Prudente fundamental. Publicado em 2020, o documento foi elaborado com base na pedagogia histórico-crítica para fortalecer os princípios, estudos e discussões na busca pela qualidade da educação na cidade.

O currículo é composto por cinco seções. A quarta delas, dedicada à Educação Infantil, abrange as seguintes subseções, que são organizadas por campos de experiências: O eu, o outro e o nós (4.1); Corpo, gestos e movimentos (4.2); Traços, sons, cores e formas (4.3); Escuta, fala, pensamento e imaginação (4.4); e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Em cada uma, são apresentados os objetivos e a organização curricular, detalhando as diretrizes para a educação do município.

O documento contempla a transição das crianças que saem do berçário para o maternal e da educação infantil para o fundamental. Do berçário para o maternal, a criança começa a estabelecer de forma positiva a rica relação dela com os adultos e com os objetos conforme descobrem a função social deles. Da educação infantil para o ensino fundamental, é caracterizada pelo documento a passagem da idade pré-escolar para a escolar. Assim esclarece o documento:

A transição ao período do desenvolvimento denominado de idade escolar, em nossa sociedade, se dá por volta dos seis anos. É muito importante que tenhamos a clareza de que essa viragem não ocorre automaticamente quando a criança completa seis anos de idade ou quando ingressa na escola de ensino fundamental. Devemos estar atentos ao processo de transição da idade pré-escolar à idade escolar, seja para construí-lo com a criança desde a escola de educação infantil, seja para sustentá-lo na escola de ensino fundamental. Considerando essa processualidade, os sistemas de ensino precisam planejar cuidadosamente a passagem das crianças entre esses segmentos! (Presidente Prudente, 2020, p. 124).

O currículo apresenta uma grande preocupação com a transição da criança da educação infantil para o ensino fundamental e a forma como ela deve acontecer, de forma intencional e cuidadosa. Mas, infelizmente, há pouca preocupação com a transição dos bebês de casa para a creche, um momento igualmente marcante que exige um planejamento cuidadoso por parte das instituições de educação infantil. A forma como a criança é vista mudou

historicamente, e essa nova percepção de suas capacidades impulsionou a busca por um desenvolvimento integral e saudável nas escolas. Com a aprovação da LDBEN (1996), os impactos para a qualidade do cuidado e da educação dos pequenos foram significativos.

No entanto, quando o assunto é a adaptação e o acolhimento, os documentos atuais geram certa confusão. Eles são apresentados de forma fragmentada, com poucos detalhes sobre como o processo de acolhimento deve, de fato, ocorrer. Além disso, a terminologia muda sem explicação prévia, como a alternância entre "processo de adaptação" e "período de acolhimento".

Essa falta de clareza permite que as instituições interpretem os conceitos de maneira superficial ao desenvolverem seus projetos político-pedagógicos. Isso evidencia que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os princípios expostos nos documentos sejam de fato consolidados e aplicados nas instituições de ensino.

Diante das inconsistências e da falta de detalhamento sobre o processo de acolhimento nos documentos normativos, é preciso avançar na busca por uma prática mais consolidada. No próximo capítulo, o trabalho se dedicará a apresentar os fundamentos do acolhimento na creche, definindo os pilares essenciais para que esse momento seja de fato um marco de segurança e cuidado para a criança e sua família.

5 FUNDAMENTOS DO ACOLHIMENTO NA CRECHE

Para que a criança tenha facilidade para se relacionar bem com o mundo fora de sua casa, primeira precisa passar por experiências emocionais estruturantes no início de sua vida, principalmente no contato com seus familiares. Isto porque a estrutura emocional do ser humano é formada a partir das relações sociais iniciais, que possibilitam o desenvolvimento de estruturas emocionais responsáveis pelo sentimento de segurança. Esse sentimento interfere no processo escolar, sobretudo no início das relações sociais e na capacidade da criança em estar sozinha, o que influencia em seu processo de acolhimento escolar.

Por isso compreender alguns aspectos que envolvem o desenvolvimento emocional bem como as necessidades afetivas infantis decorrentes é importante para que as professoras possam organizar e significar o acolhimento, de maneira a considerar as emoções e as necessidades afetivas geradas pela separação momentânea entre a mãe e o bebê ou entre a criança e quem esteja se responsabilizando por ela. Nesse sentido, a seguir abordaremos esses pressupostos.

5.1 O desenvolvimento emocional infantil e o papel da professora

O objetivo principal da escola é promover o desenvolvimento integral das crianças, perpassando aspectos emocionais, cognitivos e físicos (Brasil,1996). Destacando que o desenvolvimento emocional se inicia no ambiente familiar, esse aspecto traz um desafio para as professoras, sobretudo no momento do acolhimento. Isto porque quando a criança vai à escola pela primeira vez, há uma certa ruptura nesta relação inicial, que pode ser sentida pela criança e externalizada por meio de comportamentos mais complexos na creche.

Em virtude disso, é essencial a professora compreender como se processa o desenvolvimento emocional infantil. O autor escolhido para referendar essa discussão foi o psicanalista Donald Woods Winnicott (1896-1971). Suas pesquisas tiveram ênfase a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que identificou distorções nos comportamentos das crianças que acompanhava em orfanatos devido às perdas familiares.

Winnicott (1999) inicia a discussão sobre o desenvolvimento emocional do bebê destacando a importância da adaptação da mãe como uma figura inicial, que cuida e atende às necessidades físicas e emocionais do bebê. Assim, explicita:

A coisa que, em última instância, constrói um senso de previsibilidade no bebê pode ser caracterizada como adaptação da mãe às necessidades do bebê. Trata-se de um assunto extremamente complexo e difícil de colocar em palavras, e de fato a adaptação às necessidades do bebê só pode ser bem feita, ou suficientemente bem feita, pela mãe que, temporariamente, se dedica por completo aos cuidados para com o seu bebê. Não se trata de algo que possa ser feito através de esforços deliberados ou do estudo de livros. Faz parte do estado especial em que as mães se encontram ao final de seus nove meses de gravidez, um estado em que estão, com muita naturalidade, voltadas para esta coisa central que é o bebê, e no qual sabem como o bebê está se sentindo. (Winnicott, 1999, p.75).

O desenvolvimento emocional na infância está ligado à construção de uma base emocional segura, a depender de cuidados físicos e emocionais adequados são bebês. A adaptação gradual ao mundo, por relacionamentos interpessoais de qualidade, especialmente com a figura primária de apego, contribui para um desenvolvimento emocional saudável, consolidado. Logo, uma criança privada abruptamente de contato com a mãe ou de alguém que se responsabilize por seus cuidados, pode trazer dificuldades em seu desenvolvimento, justamente por não estar suficientemente preparada - em termos emocionais - para esta separação (Winnicott, 1999).

A experiência de Winnicott fez com que percebesse o quanto a separação de uma criança e sua família atinge diretamente o seu desenvolvimento emocional, podendo causar muito sofrimento e traumas, que podem ser carregados por toda a vida: “Em suas obras, abordou as relações da criança com as pessoas cuidadoras e os ambientes, examinando minuciosamente as lacunas que desencadeiam processos traumáticos ou psicopatológicos” (Teixeira, 2023, p.67).

Winnicott (2007) descreve o desenvolvimento emocional como uma passagem de “dependência à independência”. Para discorrer sobre esse processo, o autor destaca três fases pelas quais a criança passa para que se identifique e interaja bem com o mundo, são elas: “dependência absoluta; dependência relativa; rumo a independência” (Winnicott, 2007, p.80).

Na “dependência absoluta” (0 a 3 meses), a criança depende completamente dos cuidados maternos e não consegue diferenciar o seu eu do eu de outras pessoas. Nessa perspectiva, (Winnicott, 2007, p. 45) diz: “Neste estado o lactente não tem meios de perceber o cuidado materno”, ele sente apenas como se habitasse aquele corpo, e sua mãe sente o mesmo, pois se preocupa e identifica bem o que seu bebê precisa”. Nessa fase, o contato com a mãe é crucial, já que esta apresenta gradualmente o mundo ao bebê, de modo que ele assimile experiências com serenidade. Um ambiente estável, com cuidados físicos e emocionais consistentes, é essencial para evitar interferências no desenvolvimento do bebê. Esse ambiente deve ser favorável principalmente porque o bebê não é capaz de fazer distinções entre o que é real e imaginário, dessa forma o corpo da mãe, inicialmente, é o ambiente que traz segurança e estabilidade à criança.

Nesse viés, para que o desenvolvimento emocional da criança seja saudável, Winnicott (2007) destaca três funções desenvolvidas pela mãe¹, a saber: segurar, manipular e apresentar o objeto. A mãe desempenha essas funções de forma natural, sem a necessidade de um profissional ou de qualquer outra pessoa lhe dizendo o que fazer, pois ela desenvolve essa noção instintivamente. Conforme a teoria de Winnicott, o desenvolvimento dos bebês depende diretamente das condições oferecidas a eles, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis: “Os bebês se desenvolvem conforme as condições que virão a ter, que poderão ser favoráveis ou desfavoráveis” (Winnicott, 2007, p. 41).

O segurar diz respeito à sensibilidade da mãe, na forma de segurar seu bebê no colo, não o deixar cair, nem o apertar demais, medir a temperatura da água na hora do banho, protegê-lo do barulho. O termo também utilizado pelo autor com relação a segurar, é “*holding*”. Nessa perspectiva Gurgel (2011, p.51) reflete:

O próprio termo holding, em inglês, como também em português, tem um significado abrangente, incluindo a ideia de tornar seguro, de firmar, de amparar, de impedir que caia, de garantir, de apoiar. Assim, à medida que o bebê cresce, o significado primeiro do segurar fisicamente o corpo do bebê amplia-se cada vez mais, até englobar a função de todo o grupo familiar, em sua designação de entorno da criança.

¹ Funções desempenhadas pela mãe, conforme Winnicott (2007), ou por outra pessoa que se responsabilize pelos cuidados com o bebê.

Para uma adaptação inicial positiva, é essencial que a criança se sinta acolhida pelos cuidadores. Esse cuidado faz com que ela se sinta capaz de produzir e controlar suas necessidades, um processo chamado de ilusionamento. Isso, por sua vez, lhe dá a segurança necessária para explorar a realidade, de modo que a atuação materna desempenha um papel fundamental nesse processo, conforme enfatizado por Winnicott (1975):

Não obstante, de saída, a adaptação [materna] precisa ser quase exata e, a menos que assim seja, não é possível ao bebê começar a desenvolver a capacidade de experimentar uma relação com a realidade externa ou mesmo formar uma concepção dessa realidade (Winnicott, 1975, p. 26).

Essa relação com a realidade começa a se desenvolver em um segundo momento, denominado “dependência relativa”, em que o bebê começa a identificar que recebe cuidados de alguém. Neste período, a mãe que antes atendia às necessidades do bebê na hora exata, passa a desenvolver os cuidados com mais calma, permitindo que a criança perceba, por exemplo, que leva um tempo para que prepare a mamadeira, desenvolvendo a espera. Esse estágio é marcado pela mudança quanto às relações objetais, em que antes o bebê não apresentava capacidade de diferenciar e agora começa a perceber os objetos fora de seu corpo e as outras pessoas de sua família, notando que seu corpo é separado do de sua mãe. Conforme Winnicott (2007, p.45):

Essa mudança está intimamente ligada com a mudança do lactente de ser fundido com a mãe para ser separado dela, se relacionando a ela separada e como “não-eu”. Esse desenvolvimento não está especificamente relacionado ao holding, mas se “relaciona à fase do viver com” ...

Na formação do “eu”, a integração da personalidade é um marco quando o bebê começa a perceber-se como um indivíduo distinto dos outros. Passando da fase do narcisismo primário - observado na dependência absoluta - para a conexão com a realidade objetiva, o bebê aprende a adiar suas necessidades através da experiência da frustração, facilitada pelo processo de desilusão promovido, inicialmente, pela figura materna (Winnicott, 2000).

No próximo estágio, a criança gradualmente abandona a sensação de controle mágico para perceber e interagir com pessoas, objetos e a realidade, conforme sugerido por Winnicott (1992, 2000). A perda progressiva desse controle durante o processo de desilusão é crucial para que o bebê aprenda a

lidar com pequenas frustrações, preparando-o para o desmame. Winnicott (1975), em "O Brincar e a realidade", esclarece essa questão de forma clara:

[a desilusão] é preliminar à tarefa do desmame e também continua sendo uma das missões dos pais e dos educadores [...] se tudo corre bem nesse processo gradativo de desilusão, o palco está pronto para as frustrações que reunimos sob a palavra desmame. O simples término da alimentação ao seio não constitui desmame (Winnicott, 1975, p. 28).

Para Winnicott (1975), tanto a mãe quanto o cuidador da criança desempenham papéis cruciais no processo de ilusão e desilusão, algo que se reflete também na função das professoras. A criança só se sentirá segura e motivada a explorar o mundo se perceber que vale a pena, o que requer mais experiências positivas do que negativas (Winnicott, 1992). Consequentemente, condições como estabilidade emocional dos cuidadores e consistência dos cuidados físicos e emocionais são essenciais, juntamente com um ambiente que ofereça experiências enriquecedoras.

Segundo Winnicott (2005), a criança pode tolerar eventos intrusivos em seu desenvolvimento até certo ponto, mas tais intrusões não devem predominar, haja vista que podem levar ao caos ou à falta de integração do eu. As intrusões são eventos que interrompem ou estagnam o desenvolvimento emocional infantil, resultando em consequências em diversos níveis.

Para Winnicott (1992), intrusões como a morte ou hospitalização dos pais, hospitalização da própria criança, longas ausências dos pais ou qualquer evento que interrompa abruptamente uma relação positiva estabelecida pela criança, impedem o progresso significativo no desenvolvimento da criança. Quando as intrusões ocorrem, há um risco de a criança perder a representação mental (memória imagética e afetiva) da figura materna, o que pode resultar em prejuízos para o desenvolvimento emocional, como o próprio autor menciona:

Como se sabe, quando a mãe, ou alguma outra pessoa de quem o bebê depende, está ausente, não há uma modificação imediata, de uma vez que o bebê possui uma lembrança ou uma imagem mental da mãe, ou aquilo que podemos chamar de uma representação interna dela, a qual permanece viva durante certo tempo. Se a mãe ficar longe por um período de tempo além de certo limite medido em minutos, horas ou dias, então a lembrança ou a representação interna, se esmaece (WINNICOTT, 1975, p. 30).

Quando a imagem mental da mãe ou cuidador é perdida, tudo que estruturava a criança pode ser abalado, podendo resultar em sofrimento

profundo, como descrito por Winnicott (1975), o que marca, por parte da criança, a perda de seu porto seguro na jornada em direção à realidade. Esse ponto é importante quando se pensa no acolhimento escolar e alguns comportamentos que a criança apresenta diante da separação com a família. Além das intrusões, maus tratos físicos e emocionais, isolamento e relações afetivas caracterizadas por frieza e distanciamento prejudicam o desenvolvimento emocional. Cuidados impessoais em casa ou na escola, assim como tratamentos que desconsiderem a dimensão emocional da criança, contribuem para o mal-estar infantil.

O caos na integração da personalidade, conforme mencionado por Winnicott (1975), surge como resultado das intrusões, sendo a recuperação possível através da restauração da continuidade do que foi interrompido. Mudanças no ambiente da criança podem ajudar no retorno ao desenvolvimento emocional saudável. Vale ressaltar, no entanto, que, quanto menor a criança, mais atenção e cuidados ela necessita, especialmente nos primeiros dois anos, estruturalmente fundamentais para seu desenvolvimento. Assim, o crescimento é repleto de conflitos e sentimentos contraditórios, principalmente na relação com os cuidadores, por isso é essencial um ambiente que acolha e apoie a criança, auxiliando-a na lida com seus impulsos e sentimentos.

Seguindo a linha de desenvolvimento da criança, quando a sua vida emocional está mais estruturada, ela está pronta para expandir seu universo de relações, incluindo o convívio na escola, enfrentando desafios e absorvendo novos aprendizados, estando livre emocionalmente para se desenvolver, usufruindo espontaneamente das vivências oferecidas pela creche. Portanto, com a entrada da criança na escola, o investimento contínuo no aspecto afetivo é indispensável, considerando as características do desenvolvimento emocional infantil. As necessidades básicas da criança permanecem as mesmas, destacando-se, assim, a importância de integrar cuidados e educação, conforme apontado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010).

O papel da professora na escola guarda semelhanças com o papel dos pais no que diz respeito aos cuidados físicos da criança. No entanto, no aspecto emocional, a professora desempenha um papel complementar, trabalhando para apoiar o desenvolvimento emocional da criança. Nesse contexto, o papel da professora se diferencia daquele dos pais, pois ela utiliza seu conhecimento

técnico e sensibilidade profissional para orientar sua relação com a criança, acolhendo-a e apoiando-a em seu desenvolvimento emocional.

Winnicott (1982) enfatiza que o papel da professora é de extrema importância, especialmente quando se trata de crianças de 0 a 2 anos, uma fase crítica no processo de desenvolvimento emocional. Na escola, dependendo da faixa etária, a professora pode se deparar com bebês que estão em pleno processo de formação e integração do “eu”. Consequentemente, essas crianças necessitam de apoio emocional adicional, além das áreas específicas que a escola aborda.

A transição para a escola e o subsequente distanciamento temporário da família podem, portanto, causar dificuldades para a criança, que pode reagir de diversas maneiras, como chorando, apresentando comportamentos agressivos, apatia, recusando-se a comer, negando-se a participar das atividades em sala de aula, entre outros. Essa situação está associada à desestabilização emocional e à ansiedade de separação, angustiante para a criança, especialmente dependendo da faixa etária, pois está mais propensa a temer a perda da mãe e a sofrer as consequências desse processo.

Na obra "Privação e Delinquência"(2005), Winnicott relata o caso de crianças separadas de seus pais devido à Segunda Guerra Mundial que desenvolveram altos níveis de hostilidade e agressividade nas instituições em que estavam. A ruptura dos laços afetivos das crianças com suas famílias resultou em prejuízos para o desenvolvimento emocional. Quando ocorre uma intrusão no desenvolvimento, as defesas são acionadas e as crianças podem se comportar de maneira a buscar restabelecer os vínculos perdidos. Neste caso, podem ter comportamentos que chamem a atenção de seus cuidadores para suas necessidades emocionais.

Portanto, dada a complexidade de sua função, a professora precisa ter um profundo entendimento do desenvolvimento emocional infantil, de modo a compreender as subjetividades de cada criança e oferecer o suporte emocional necessário. Quanto menor a criança, segundo Winnicott (2005), maiores são suas necessidades emocionais, pois está em processo de formação da base estrutural de sua personalidade. Neste ponto, é crucial prestar atenção ao processo de adaptação das crianças quando entram na escola.

Dessa maneira, as relações entre professora e aluno, neste contexto, podem ser analisadas como intensas e marcadas por necessidades infantis que remontam ao ambiente familiar. É comum que a criança busque na professora algo semelhante ao que busca ou espera encontrar em casa. Especialmente para bebês de zero a dois anos, que ainda não conseguem discernir claramente os vínculos, emoções e contextos, é comum que se refiram a professora como "mãe", buscando nessa figura a segurança e o apoio emocional que associam à figura materna.

Winnicott (1982) destaca que a relação que os pais desenvolvem com a professora terá implicações diretas nos vínculos que as crianças estabelecerão com a profissional. Portanto, além de manter uma boa relação com as crianças, a professora precisa considerar a importância de cultivar um bom relacionamento com os pais. Uma família que confia no trabalho da professora transmitirá segurança à criança e será mais colaborativa e receptiva à atuação da escola. Aí está mais um motivo pelo qual é relevante o envolvimento dos pais no processo de acolhimento escolar.

Nessa linha de pensamento, mudanças bruscas no lar têm um impacto significativo no desenvolvimento emocional da criança, podendo resultar em alterações nos padrões de comportamento. Quando os comportamentos manifestados pela criança na escola sugerem um ambiente emocionalmente instável, esta pode se apresentar insegura, criando relações afetivas também inseguras ou ambíguas. Diante disso, a professora precisa discernir entre comportamentos triviais, novos ou preocupantes, para oferecer o suporte necessário às crianças.

Para Winnicott (1992) as crianças evoluem e recuam em sua "idade emocional", por isso suas necessidades e comportamentos estão em constante modificação. Nesta perspectiva, a escola pode considerar que uma criança de três anos, em determinados momentos, como o acolhimento, pode manifestar comportamentos de uma criança de um ou dois anos. O autor exemplifica esta situação caracterizando situações que as professoras podem se deparar neste contexto:

A professora terá também de encarar, no período inicial da criança na escola, uma surpreendente flutuação entre tendências de grande dependência e independência; além e, mesmo nos últimos tempos da idade de frequência da escola maternal, certa confusão entre o que é

certo e errado, entre a fantasia e o fato, entre o que é propriedade pessoal e o que pertence a outros (WINNICOTT, 1992, p. 223).

A abordagem sensível e compreensiva que as professoras devem adotar ao lidar com crianças que parecem regredir em seu desenvolvimento emocional é fundamental para promover um ambiente escolar acolhedor e solidário. Em vez de rotular a criança como "está voltando a ser bebê", estimulando seus colegas a fazerem o mesmo, as professoras devem adotar uma postura mais empática e investigativa.

Diante disso e conforme observado por Winnicott (1982), quando uma criança regride a um estado anterior de desenvolvimento, isso geralmente indica que ela está enfrentando alguma dificuldade ou desafio na fase atual de sua vida. Por exemplo, quando uma criança deseja muito um irmão e, ao nascer do irmão manifesta comportamentos regressivos como chorar mais frequentemente ou buscar mais atenção, isso pode refletir inseguranças e dúvidas internas que a criança está enfrentando.

A regressão pode ter um aspecto curativo, permitindo que a criança reavalie suas experiências e reconheça sua dependência. Essa compreensão da regressão como um processo potencialmente curativo é fundamental para as professoras, haja vista que lhes permitem oferecer apoio e orientação adequados às crianças que estão passando por momentos de dificuldade emocional. Assim, em vez de julgar ou rotular o comportamento dos pequenos, as professoras podem ajudá-los a enfrentarem e superarem esses desafios, promovendo, assim, um ambiente escolar mais acolhedor e solidário.

O trabalho da professora não se confunde, neste contexto, com uma atuação terapêutica, trata-se da mobilização de conhecimentos técnicos sobre formas de se relacionar com a criança de maneira a estimular seu desenvolvimento emocional. As crianças vivenciam uma montanha-russa de emoções intensas e contraditórias, próprias dessa fase de crescimento. Diariamente, a professora enfrenta essas manifestações emocionais e não deve temê-las, conforme Winnicott (2005) enfatiza. É crucial, portanto, criar um ambiente que atenda às necessidades especiais da criança para que ela possa se adaptar e prosperar. Essas condições envolvem não apenas entender a criança, mas também agir de acordo com esse entendimento.

Muitas vezes, a professora pode até identificar os motivos por trás do comportamento das crianças, mas sua responsabilidade não termina na simples identificação. Meramente justificar o comportamento de uma criança não é suficiente; essa justificativa só se torna valiosa quando orienta a ação da professora para uma direção que promova um ambiente de aprendizagem saudável. Portanto, é essencial que os professores estejam prontos a oferecerem apoio e orientação sensíveis às crianças que enfrentam dificuldades emocionais, ajudando-as a superar desafios e a desenvolverem habilidades emocionais fundamentais na ocasião do acolhimento escolar.

Winnicott (1992) argumenta que, quando ocorrem falhas no ambiente familiar, desde que não sejam muito profundas, a escola tem o potencial de minimizar as dificuldades enfrentadas pela criança. Isso se deve ao fato de que a escola, por meio das experiências que oferece, pode servir como um refúgio para crianças que vivem em ambientes familiares carregados de conflitos. Na escola, a criança encontra um ambiente menos tenso, onde pode participar de experiências significativas e estruturadoras, dentro de um ambiente seguro e estável.

Nesse sentido, na educação infantil, é fundamental evitar qualquer forma de padronização ou procedimentos impessoais. Embora o conteúdo das diferentes áreas do conhecimento seja importante, no acolhimento a maior parte das atividades deve ser permeada por relações e sentimentos. As crianças pequenas buscam, inicialmente, a proximidade e os cuidados afetivos da professora, em vez de se concentrarem fortemente nas atividades escolares em si. Essa dinâmica começa a mudar à medida que a criança adquire mais independência e passa a se envolver mais com as atividades e com os colegas.

No caso de crianças que enfrentam dificuldades no ambiente familiar, elas vão demandar ainda mais atenção e suporte por parte da professora. Segundo Winnicott (2005), quando se trata de crianças que manifestam agressividade, elas frequentam a escola com objetivos distintos das outras crianças: buscam apoio, contenção e auxílio no controle de suas emoções, tudo o que necessitam para recuperar seu desenvolvimento emocional e, conseqüentemente, social. Por outro lado, as demais crianças geralmente estão mais interessadas nas atividades cognitivas, embora também precisem do afeto da professora, mas de uma forma diferente e menos exigente do que as

primeiras. No entanto, todas sempre vão precisar de orientação para lidar com seus impulsos, e é essencial que as professoras estejam preparados para isso. Em face disso:

A educação na escola maternal exige que a professora esteja pronta a exercer restrições e controles sobre aqueles impulsos e desejos instintivos, comuns a todas crianças, que são inaceitáveis em suas próprias comunidades, fornecendo, simultaneamente os instrumentos e oportunidades para o pleno desenvolvimento criador e intelectual da criança (Winnicott, 1992, p. 224).

Conforme apontado por Winnicott (1992), não existe uma regra relacional universal que seja razoável para todos os casos. Ele destaca que, enquanto a gentileza pode ser eficaz em uma turma, em outra pode não funcionar tão bem. Além disso, a tolerância e a liberdade podem ser prejudiciais em alguns casos, assim como um clima de severidade. Tudo isso vai depender das características específicas de cada grupo de alunos e, também, das particularidades individuais dentro desse grupo.

Para as crianças mais velhas, entre 4 e 5 anos de idade, o papel da professora como mediadora das relações interpessoais é crucial. A escola deve continuar cuidando e trabalhando nas interações entre as crianças, garantindo que suas experiências não abalem a confiança que elas têm no ambiente escolar, como enfatizado por Winnicott (2011). O autor destaca que regressões ainda são comuns nessa faixa etária e a criança pode sentir a necessidade de trazer seu ursinho de pelúcia para a escola como fonte de conforto, ou até mesmo trazer um pouco do lar para o ambiente escolar. Portanto, não é aconselhável retirar esse objeto da criança logo nos primeiros dias de aula, pois ele proporciona uma sensação de segurança. À medida que a criança não sentir mais a necessidade do ursinho, naturalmente irá substituí-lo por outros objetos, como miniaturas de carros. Ao agir dessa maneira, a professora está auxiliando e respeitando o desenvolvimento emocional da criança, permitindo que ela utilize seus próprios recursos psíquicos para lidar com suas emoções.

Oferecer segurança à criança é fundamental, desse modo, para protegê-la de intrusões e ajudá-la a lidar com impulsos que ainda não consegue dominar, além de mitigar os efeitos adversos que esses impulsos poderiam gerar.

Mas como exatamente se oferece segurança às crianças? Isso é alcançado através da estabilidade emocional dos cuidadores e da continuidade

no cuidado e na educação que eles proporcionam. As crianças, ainda sujeitas aos seus impulsos naturais, requerem, ainda, supervisão e orientação para minimizar situações que possam colocar em risco sua integridade física. Conforme destacado por Winnicott (2011), elas também precisam de alguém que as guie e ofereça suporte nas relações interpessoais, o que se manifesta através de intervenções específicas para resolver conflitos. As intervenções feitas pela professora se tornam parte do aprendizado social das crianças, que observam e absorvem muito do comportamento dos adultos. Gradualmente, elas começam a utilizar seus próprios recursos e argumentos para resolver conflitos, embora sempre haja algumas que necessitem de mais atenção devido a diferenças subjetivas ou pequenas variações de idade.

5.2 Acolhimento: significados na creche

Com o intuito de delimitar o termo acolhimento para os propósitos desta pesquisa, é essencial, inicialmente, estabelecer a distinção em relação à adaptação escolar. Após essa diferenciação conceitual, o foco se voltará para a apresentação dos diversos significados do acolhimento, fundamentando-se em definições de dicionário e em contribuições de autores da área. Finalmente, com base nesse referencial, a pesquisa se aprofundará nos significados atribuídos ao termo especificamente no ambiente da creche.

No dicionário online, o significado de “Adaptação” é “Ajustar uma coisa à outra” (Dicio, 2024). Ao trazer esse conceito para o contexto escolar, quando a criança ingressa na escola pela primeira vez, ela precisaria se ajustar a uma estrutura já em vigência na instituição. Nesse caso, a rotina escolar poderia ser considerada um exemplo o qual a criança precisa internalizar.

Para Gurgel (2011), a adaptação se trata do primeiro momento de ingresso da criança na escola e esse momento é marcado por um tempo que pode ser determinado pela instituição de ensino. Sugere-se que a permanência da criança na instituição seja inicialmente de poucas horas, aumentando gradativamente conforme o seu processo de adaptação.

Segundo Pantalena (2010), existem duas formas de acolhimento na instituição educacional que se distinguem: a adaptação e o período de adaptação. A adaptação envolve o processo inicial, desde a matrícula, quando a

família conhece a escola, interage com a professora e fornece informações essenciais sobre a criança (saúde, emergências e preferências). Por outro lado, o período de adaptação diz respeito ao tempo em que a criança, já matriculada, permanece no novo ambiente. É um período com horas delimitadas para sua permanência, com vivências e atividades planejadas para facilitar essa transição.

Para Jacques (2014) adaptação é um processo que ocorre na educação infantil com modificações do ser para que se adapte a um padrão estabelecido. Nesse contexto, o termo, quando colocado na perspectiva da educação infantil é como um ajustamento da criança para se adequar o que já está proposto pela instituição. Por esse motivo, a autora traz um outro conceito, no qual seu significado não se trata de adequação do ser, de uma inserção, mas uma forma de incluir/introduzir a criança em um novo ambiente, envolvendo estratégias pedagógicas com trocas que envolvem criança, professora e família.

Macarini (2012), por sua vez, traz o conceito de adaptação como muito utilizado pelas ciências naturais, referindo-se à capacidade dos seres vivos de se ajustarem ao meio ambiente como algo importante para a sobrevivência, abordagem também encontrada na Psicologia, que delimita que “[...] refere-se às modificações comportamentais do indivíduo para responder aos estímulos ambientais e ajustar-se ao meio, resultando daí a sua adaptabilidade” (Macarini, 2012, p.58). Segundo a autora, há a influência dessa concepção na forma com que os educadores recebem as crianças nas instituições escolares, delimitando um tempo para que internalizem a rotina estabelecida. Nessa perspectiva Macarini (2012, p.58) explica que:

[...] podemos entender que a criança que resiste, chora ou não responde de forma positiva ao que é desejado não apresente uma “boa adaptação”. É esperado que, desde o início, ela mostre comportamento “tranquilo”, “ajustado” e que, acima de tudo, se acostume, dentro de um curto tempo, com as rotinas existentes ali. De modo geral, quando a criança reage “positivamente” ao vivenciar essa primeira experiência, diz-se que ela apresentou uma “boa adaptação”.

Em sua pesquisa, Macarini (2018) identifica diversas formas de resistência da criança diante desse novo mundo. O choro é considerado a forma mais intensa desse exemplo, que pode ocorrer na entrada da escola, no momento da despedida entre criança e familiar, quando há alguma atividade que ela acredite ser incapaz de realizar e quando externaliza a saudade dos

familiares para o professor. Algumas crianças, por outro lado, resistem em participar de qualquer tipo de atividade com a turma, há as que referenciam um objeto, ao qual querem ficar próximas como forma de lembrança afetiva e, por fim, as que ficam quietas, em silêncio, reagindo somente quando a proposta do professor lhes parece interessante.

Segundo Macarini (2012), o conceito de adaptação não deveria ser mais utilizado no ambiente escolar. Para a autora, o termo reduz a criança a uma dimensão puramente biológica, ignorando sua construção social, cultural e histórica. Assim, enfatiza que:

[...] a criança, ao chegar no espaço da educação infantil, traz consigo uma riqueza de culturas, de histórias e de saberes vividos fora do âmbito da escola. Esse sujeito, não apenas biológico, traz marcas próprias do seu jeito de ser criança, constituídas das mais diferentes realidades sociais, culturais e econômicas. (Macarini, 2012, p.92).

Sendo assim ela traz algumas concepções sobre o acolhimento os quais se fundamentam em identificar as singularidades e as potencialidades que as crianças trazem em suas formas de vida, culturas e saberes para além do ambiente escolar, de forma que o contexto seja desenvolvido com as crianças e não para as crianças. Aponta que reconhecer suas vozes e identificar as mais simples formas de se comunicar com elas, significa proporcionar bem-estar diante das experiências escolares. Assim, enfatiza que:

Uma experiência capaz de afetar e alterar uma visão aparentemente acabada que um possa ter sobre o outro. Nesse processo, o que se evidencia é a atitude incondicional de aceitação do outro, sem julgamentos prévios, capaz de promover mútuas aprendizagens. (Macarini, 2012, p.94).

A criança se manifesta de diversas formas e, quando a professora tem uma escuta sensível, se torna mais tranquilo identificar quais são as necessidades e potencialidades das crianças. Este passo é importante para que ocorra a troca dos saberes culturais, instigando a criança à descoberta dos diversos conhecimentos que a escola pode proporcionar.

Bueno (2019) diz que, de forma geral, a criança recém-chegada à escola se encontra em situações que fazem parte de dois mundos: o mundo familiar, que é conhecido; e o novo, que é o escolar, em que não conhece as pessoas, as rotinas, nem os espaços. Diante desse contexto, há crianças que se sentem

completamente desconfortáveis com as novas situações e acabam tendo comportamentos negativos, o que implica mudanças na dinâmica escolar.

Para tanto, cada instituição estabelece uma forma de como compreender e efetuar o “período de adaptação”. Há creches que promovem a “semana de adaptação”, enquanto outras recebem crianças em qualquer época do ano. Existem aquelas que apostam na entrada feita de forma gradual, com poucas horas de permanência da criança até atingir o período integral; outras já estabelecem previamente a quantidade de horas de permanência dos novatos e a quantidade de dias em que esse ajuste deve ser feito. Há instituições que não permitem a presença dos pais junto com seus filhos e a turma, promovendo uma separação mais abrupta já na porta da escola; outras os autorizam a entrar, mas têm de ficar na “salinha de pais”. Há instituições que permitem que os pais fiquem junto com a turma de alunos, por um breve período para que se retirem do espaço da escola de maneira paulatina. Em resumo, na prática cada instituição encontra sua própria forma de adaptar os recém-chegados, a fim de recebê-los – e, ao mesmo tempo, preservar o funcionamento institucional. (Bueno, 2019, p. 23).

A discussão sobre o termo adaptação é bastante difundida na literatura, mas carece de uma definição consensual. Piccinini (2003) destaca essa falta de consenso, apontando que alguns autores a definem como o primeiro contato dos pais com a escola, enquanto outros a caracterizam como o período que vai do ingresso da criança na creche até o final do primeiro mês. Bossi; Brites; Piccinini (2017, p. 252) a esse respeito, enfatizam que “Apesar das divergências em torno do conceito de adaptação, já existe certo consenso de que os primeiros dias do bebê na creche devem ser tratados como um momento especial e decisivo para sua permanência na educação infantil”. Diante dessa pluralidade de conceitos, esta pesquisa não tem como objetivo debater o termo mais apropriado, mas sim reconhecer que a adaptação é amplamente utilizada nas instituições de ensino para definir o início da vida escolar.

O foco aqui é, na verdade, apresentar o acolhimento como uma parte crucial dentro do processo de adaptação, com ênfase no desenvolvimento emocional do bebê ao ser inserido nesse novo contexto.

Para aprofundar essa compreensão, torna-se fundamental, primeiramente, compreender o conceito de acolhimento e delimitar seu significado no contexto educacional. Em uma perspectiva inicial, o Dicio (2024) define “acolhimento” como: “Ação ou efeito de acolher; acolhida. Modo de receber ou maneira de ser recebido; consideração. Boa acolhida; hospitalidade. Lugar em que há segurança; abrigo.” Essa definição evidencia aspectos

importantes do termo, tais como a dimensão relacional (modo de receber), a dimensão afetiva (consideração e hospitalidade) e a dimensão de proteção (segurança e abrigo), elementos que se mostram particularmente relevantes quando pensamos no acolhimento de bebês e crianças pequenas no ambiente da creche.

Esse termo está presente em diversas áreas do conhecimento voltadas para o cuidado humano, como a Assistência Social, o Direito, a Saúde e a Educação. Na Assistência Social, por exemplo, é comumente utilizado para descrever o cuidado com crianças que foram separadas de suas famílias de origem no acolhimento institucional. Nesse viés,

O acolhimento institucional é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Seu principal objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. Esse serviço é prestado em unidades inseridas na comunidade e deve obrigatoriamente possuir características residenciais. Ou seja, ser um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos usuários. Além disso, essas unidades devem cumprir os requisitos previstos nos regulamentos para a oferta do serviço de acolhimento, promovendo condições de acessibilidade, higiene, salubridade, segurança e privacidade. O serviço de acolhimento deve favorecer o convívio familiar e comunitário, a utilização dos demais equipamentos e serviços disponíveis na comunidade onde a unidade está localizada, e o mais importante de todos, deverá respeitar os costumes, tradições e a diversidade como: as diferentes faixas etárias, os arranjos familiares, religião, gênero, orientação sexual, raça ou etnia (Medeiros, 2023).

O termo, quando utilizado no campo do Direito, se refere à tutela de crianças e/ou adolescentes, estando especificamente dentro dos Direitos Humanos, conforme explicita Teixeira (2023):

No Direito, o termo acolhimento encontra-se nos Direitos Humanos, que são constituídos por normas e leis determinantes dos direitos e deveres, com regras universais e inalienáveis, que garantem o direito à vida, à integridade física, psíquica e moral de todos os seres humanos. (Teixeira, 2023, p. 79).

Na área da saúde, o acolhimento abrange diversos aspectos, focando na recepção de pacientes em redes públicas ou privadas. Nesse tipo de atendimento, é comum que o paciente esteja em um estado de fragilidade, buscando conforto e atenção para solucionar seu problema. Dessa maneira,

O acolhimento como ato ou efeito de acolher expressa uma ação de aproximação, um “estar com” e “perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão, de estar em relação com algo ou alguém. É exatamente no

sentido da ação de “estar com” ou “próximo de” que queremos afirmar o acolhimento como uma das diretrizes de maior relevância política, ética e estética da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Política porque implica o compromisso coletivo de envolver-se neste “estar com”, potencializando protagonismos e vida nos diferentes encontros. Ética no que se refere ao compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças, dores, alegrias, modos de viver, sentir e estar na vida. Estética no que diz respeito à invenção de estratégias, nas relações e encontros do dia-a-dia, que contribuem para a dignificação da vida e do viver e, assim, para a construção de nossa própria humanidade. (Brasil, 2010, p. 10).

Todas essas dimensões que compõem o acolhimento convergem para o cuidado integral com os seres humanos, fundamentando-se no princípio da aceitação incondicional de cada indivíduo em sua singularidade e na busca constante por oferecer o melhor atendimento possível. Trata-se, portanto, de uma postura que reconhece e valoriza as particularidades de cada pessoa, acolhendo-a tal como se apresenta, sem julgamentos ou imposições, com o objetivo de proporcionar um ambiente de segurança, respeito e bem-estar.

No campo da educação, o termo acolhimento é amplamente utilizado quando se discute o desenvolvimento integral dos alunos. Nas instituições de ensino, há um consenso sobre a importância de acolher as crianças no momento de seu ingresso na escola, em seus agrupamentos e turmas. O acolhimento é compreendido como um processo no qual as práticas de recepção facilitam a integração da criança ao espaço escolar e aos seus pares.

O documento publicado em 2019 pelo CONVIVA-SP, define o acolhimento como um processo para construção de vínculos através de apoio e amparo, a saber:

O processo de acolhimento é caracterizado por um conjunto de atitudes que, inicialmente, estão correlacionadas a três comportamentos específicos: apoiar, estabelecer vínculos e amparar. Isto significa colocar-se à disposição, sem julgamentos e em qualquer situação. Ou seja, deixar de lado convicções pessoais e abrir mão de pré-conceitos. Amparar pessoas em processos de angústia e sofrimento, considera a autonomia do outro e respeito às diferenças como passos importantes para o estabelecimento de vínculos (CONVIVA SP, 2021, p.3).

O enfoque no acolhimento revela uma compreensão profunda da educação como um processo que vai além da mera transmissão de conhecimentos. Envolve a criação de um ambiente escolar onde todos se sintam parte integrante, respeitados e valorizados. As práticas de acolhimento não só facilitam a adaptação dos alunos novos, mas também reforçam a coesão e a

solidariedade entre todos os membros da comunidade escolar, reconhecendo a importância das interações sociais e emocionais no desenvolvimento.

Quando há um acolhimento humanizado nas instituições educacionais, há uma contribuição para o desenvolvimento de uma cultura escolar que valoriza a empatia, o respeito e a colaboração. Há alguns projetos em acolhimento escolar nesta linha sendo desenvolvidos nos maiores Estados brasileiros. No caso do Estado de São Paulo, por parte da Secretaria da Educação, é desenvolvido o CONVIVA. Este projeto constitui uma base fundamental para a construção de um ambiente escolar também inclusivo e integrador, facilitando a integração e participação ativa da criança na comunidade escolar e, conseqüentemente, no processo educativo como um todo.

Na educação infantil, a escola deve ser, em sua essência, um ambiente constantemente acolhedor. O acolhimento, em especial no início de novas relações entre professor e bebê, precisa ser um processo leve que transmita uma sensação de segurança. Esse conceito se alinha à ideia de *holding* de Winnicott (2007), que se refere ao cuidado e à sustentação que a mãe oferece ao seu filho.

Nesse contexto, o acolhimento se manifesta como uma forma delicada de garantir que os bebês iniciem sua vida escolar de maneira menos tumultuada durante o período de adaptação. Como já discutido, acolher é aceitar a criança como ela é. Para que essa construção se inicie, as trocas iniciais com as famílias são essenciais, pois permitem que a escola compreenda o mundo da criança e, em parceria com a família, possa desenvolver estratégias que contribuam para o seu desenvolvimento emocional.

É por isso que Winnicott (1992, p. 214) afirma que:

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que, nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância, será possivelmente considerada, de um modo mais correto, uma ampliação da família “para cima”, em vez de uma extensão “para baixo” da escola primária. Parece aconselhável, portanto, antes de examinarmos em detalhes o papel da escola maternal e o da professora, em particular estabelecer um resumo do que a criança precisa da mãe e a natureza do papel que a mãe desempenha no fomento de uma evolução psicológica saudável, nos primeiros anos de vida da criança. Só a luz do papel da mãe e das necessidades da criança é que se pode conseguir uma compreensão real da maneira como a escola maternal pode dar continuidade ao trabalho da mãe.

Essa referência explicita bem como a mãe desempenha o papel principal de apresentar o mundo para a criança, porém, quando esta passa a frequentar a escola, ainda no estágio de dependência absoluta, a professora acaba por ter essa tarefa a desempenhar, pois esse cuidado vai estar completamente interligado ao educar. Nessa perspectiva:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (Brasil, 1998, p. 24).

Dentro do ambiente escolar, a professora acaba desempenhando o que a mãe realiza fora do ambiente. O termo “*holding*”, de Winnicott (2007), que significa “segurar”, envolve total atenção aos pequenos detalhes, segurar com cuidado, estar atento às necessidades diante do choro, preparar e identificar os ambientes em que a criança vai permanecer.

Em uma instituição como um berçário, por exemplo, as cuidadoras deverão ser orientadas quanto ao ato de segurar e manipular os cuidados nos seus bebês. Esse cuidado por ser rotineiro, acaba ficando mecanizado e é muitas vezes negligenciado. Essas cuidadoras deverão ter consciência de que na fase do *holding* o bebê é dependente ao máximo. (Gurgel, 2011, p.51).

Para Winnicott (1982), a mãe “suficientemente boa” desempenha seu papel espontaneamente, se adaptando às necessidades do bebê. Para Teixeira (2018), quando o ambiente de acolhimento também é suficientemente bom, em que a professora consegue proporcionar suporte afetivo, compreensão e aceitação, estará oferecendo condições para o desenvolvimento de habilidade emocional e social ao bebê.

Gurgel, (2011, p.51) reflete que: “No início, porém, é o ato físico de segurar a estrutura física do bebê que vai resultar em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis em termos psicológicos.” Dessa forma os cuidados tidos como naturais quando feito com atenção, levando em consideração essa necessidade primária do bebê, vai fazer com que ele se desenvolva bem. Vale ressaltar que:

A maioria dos bebês têm a sorte de serem bem segurados na maior parte do tempo. A partir daí, eles adquirem confiança em um mundo amigável, mas, o que é ainda mais importante, por terem sido segurados suficientemente bem, tornam-se capazes de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional muito rápido. A base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória. Os bebês não se recordam de que as pessoas os seguravam bem — no entanto, lembram-se da experiência traumatizante de não terem sido segurados de forma adequada. (Winnicott, 1999, p. 54).

O acolhimento, em sua essência, envolve um conjunto de práticas que vão além de uma simples recepção. Conforme evidenciado pelas políticas públicas da educação infantil, trata-se de um processo que exige cuidado, atenção aos detalhes, segurança e, acima de tudo, respeito às necessidades afetivas e ao desenvolvimento integral do bebê. É a base para a construção de um ambiente de confiança, onde a criança se sinta segura para iniciar sua jornada escolar.

No entanto, a realidade observada ainda se mostra distante desse cenário ideal. Como apontado por diversos autores, a implementação efetiva desses princípios enfrenta desafios significativos nas instituições de ensino. Essa lacuna entre a teoria e a prática não nos desmotiva, mas sim nos impulsiona. É por essa razão que esta pesquisa se dedica a fomentar essa discussão e a aprofundar a busca por novas formas de acolhimento na creche, visando contribuir para que a teoria se torne cada vez mais presente no cotidiano das nossas escolas. E é sobre as propostas de acolhimento na creche que abordaremos no capítulo seguinte.

6 ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO DENTRO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO.

Durante a pesquisa os conceitos adaptação e acolhimento foram as principais buscas para a construção do trabalho. Nesse último capítulo o conceito mais utilizado será de acolhimento, devido estar relacionado as estratégias de como pode ser desenvolvido o vínculo e a construção de novos relacionamentos, porém vale ressaltar que o uso de um não invalida o outro, devido a relação entre eles para o início do ano escolar.

A pesquisa demonstrou a importância de compreender o desenvolvimento emocional infantil para que o período de adaptação seja organizado de forma mais acolhedora. Embora a literatura ofereça diversas formas de se realizar esse trabalho, a legislação o aborda de maneira fragmentada. Essa lacuna impede que as instituições de educação infantil desenvolvam estratégias contínuas e eficazes para o acolhimento, respeitando o contexto e o desenvolvimento de cada criança.

Por essa razão, esta seção apresenta propostas de acolhimento fundamentadas teoricamente na literatura especializada e alinhadas aos princípios estabelecidos pela legislação educacional. O objetivo é que tais propostas sirvam como orientações práticas para pais, familiares, gestores e professores, auxiliando-os na promoção do desenvolvimento integral da criança durante o delicado processo de inserção no ambiente educativo.

6.1 Planejamento

Ao buscar uma prática de acolhimento eficaz, é fundamental focar no planejamento e na preparação do ambiente para receber os novos bebês. Esse processo, no entanto, deve ser flexível e dinâmico, permitindo que ajustes sejam feitos a partir das observações e interações com as crianças. A esse respeito, Rapoport e Piccinini (2001) ressaltam que o acolhimento depende de diversos fatores que não podem ser previstos nem padronizados, pois a prática deve sempre responder às necessidades individuais de cada criança. Assim,

A intervenção pedagógica, unida ao planejamento intencional do tempo e espaço da escola de educação infantil, torna-se enriquecedora do conviver coletivo dos bebês. A organização do ambiente é indicador de concepções de criança, infância e educação, apontando também para o valor dado à temporalidade dos bebês, respeitando a singularidade e o ritmo de cada um. (Vargas, 2014, p. 127).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) afirmam que o cotidiano pedagógico deve integrar, de forma indissociável, as dimensões do cuidado e da educação, especialmente com bebês. A transição do cuidado familiar para o institucional torna indispensável o contato com a família, que é a ponte para este novo mundo. Por isso, a rotina escolar deve ser organizada de modo a respeitar o ritmo biológico e afetivo de cada criança.

Nesse sentido, a teoria de Winnicott se alinha perfeitamente a essa diretriz, uma vez que o autor destaca que um ambiente "suficientemente bom" constitui elemento essencial para o amadurecimento emocional saudável do bebê. Segundo o psicanalista, isso implica oferecer uma rotina que, embora mantenha uma estrutura estável e previsível, seja simultaneamente flexível o suficiente para se adaptar às reações singulares e às necessidades específicas de cada criança. Trata-se, portanto, de um equilíbrio delicado entre a constância necessária para proporcionar segurança e a capacidade de ajuste que respeita a individualidade e o ritmo próprio de desenvolvimento infantil.

Nessa organização, o vínculo afetivo deve ser o princípio organizador do planejamento, de modo que o professor não planeja apenas atividades, mas também formas de presença e cuidado, como gestos de acolhimento, olhares encorajadores e escuta atenta. Esses elementos, presentes em momentos essenciais como o banho, a troca, o sono e a alimentação, contribuem para o afeto entre o bebê e a professora, e são cruciais para o desenvolvimento da autonomia, socialização e identidade da criança. A atenção a esses detalhes só é possível com um planejamento adequado e, principalmente, quando o número reduzido de bebês por professor permite um cuidado individualizado, garantindo um acolhimento tranquilo e eficaz. Vale enfatizar, no entanto, que:

As escolas de educação infantil ou instituições similares, vêm buscando melhoria de atendimento aos bebês e crianças. O cuidado prestado aos bebês demanda uma boa organização do tempo e planejamento para atender a diversidade no grupo. Sua dependência exige atenção permanente à segurança; preparo e disponibilidade da equipe; o número adequado de adultos por bebês; espaços

pedagógicos, materiais e ações educativas que contribuam para promoção do seu desenvolvimento. (Silva, 2017, p.54).

O planejamento do acolhimento de bebês, mais do que uma simples etapa inicial, representa um compromisso fundamental em respeitar suas necessidades específicas, a complexidade de sua transição e a forma singular como eles constroem vínculos. Ele exige o ajuste cuidadoso de tempos, espaços e materiais para favorecer a individualidade de cada criança, possibilitando que as interações ocorram em seu próprio ritmo. Ao criar um ambiente afetivo e estável, a escola proporciona a base segura necessária para que o bebê se desenvolva de maneira integral, validando a importância do acolhimento como um processo contínuo e essencial no ambiente educacional.

6.2 Matrícula

A matrícula se efetiva formalmente quando a família apresenta a documentação necessária para assegurar a vaga da criança na instituição. Esse momento representa uma primeira oportunidade concreta para que o processo de acolhimento seja iniciado de maneira intencional e cuidadosa. No entanto, a legislação educacional vai além dessa formalidade e estabelece que, ainda antes de a família efetivar a matrícula, os gestores escolares devem possibilitar que ela conheça a instituição de educação infantil, seus espaços, sua proposta pedagógica e seus profissionais. Essa aproximação inicial pode ocorrer mediante agendamento prévio ou durante o próprio horário de funcionamento regular da escola (Brasil, 2006, 2018).

Tal oportunidade de visita antecipada revela-se fundamental, pois permite que os pais e responsáveis se familiarizem com o ambiente educativo, conheçam a estrutura física, compreendam a rotina institucional e estabeleçam os primeiros contatos com a equipe que acompanhará a criança. Esse movimento prévio de aproximação não apenas fortalece a confiança da família na instituição, como também cria condições mais favoráveis para que o processo de adaptação da criança ocorra de forma mais tranquila e acolhedora, reduzindo ansiedades e inseguranças tanto dos adultos quanto dos pequenos.

No momento da efetivação da matrícula, a legislação educacional também preconiza que a professora (ou o professor) responsável realize uma

investigação cuidadosa acerca das características individuais da criança, suas particularidades, preferências e necessidades. Essa investigação deve ser conduzida por meio do diálogo acolhedor e atento com os pais ou responsáveis, estabelecendo uma escuta sensível que valorize os saberes familiares sobre a criança. Tal orientação encontra-se explicitamente especificada no documento oficial, conforme segue:

O planejamento dos cuidados e da vida cotidiana na instituição deve ser iniciado pelo conhecimento sobre a criança e suas peculiaridades, que se faz pelo levantamento de dados com a família no ato da matrícula e por meio de um constante intercâmbio entre familiares e professores. Algumas informações podem ser colhidas previamente à sua entrada na instituição, como os esquemas, preferências e intolerância alimentar; os hábitos de sono e de eliminação; os controles e cuidados especiais com sua saúde. Outras serão conhecidas na própria interação com a criança e sua família, ao longo do tempo. (Brasil, 1998, p. 75).

A esse respeito, Oliveira, (2018. p.70) enfatiza que:

Também é importante, no momento da matrícula, entrevistar os pais ou cuidadores para conhecer as crianças, saber seus gostos, costumes e até dados sobre a sua saúde, como intolerância alimentar, alergias, doenças, quais remédios lhes são indicados pelo pediatra e de que ela costuma fazer uso, informações que podem até mesmo salvar sua vida, em uma situação de emergência. Essa interação dos profissionais com as famílias deve ser mantida durante toda a permanência da criança na instituição, reconhecendo que ninguém conhece melhor a criança que sua família.

A coleta da documentação no momento da matrícula constitui, indiscutivelmente, uma etapa importante do processo de ingresso da criança na instituição. Contudo, o processo de acolhimento se beneficia substancialmente quando essa etapa burocrática é estrategicamente separada do primeiro contato pessoal e pedagógico entre a família e a professora responsável. Essa separação intencional permite que ambos os momentos recebam a atenção e o cuidado necessários, sem que a dimensão administrativa sobrepuje a dimensão relacional e afetiva do acolhimento, aspecto fundamental destacado por Winnicott (2007) ao enfatizar a importância do ambiente facilitador para o desenvolvimento emocional saudável da criança.

Mostra-se fundamental que, além da formalização da matrícula, os pais ou responsáveis tenham a oportunidade de conhecer efetivamente o ambiente escolar, explorar seus espaços e estabelecer os primeiros vínculos com os profissionais que farão parte do cotidiano educativo da criança. As Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) reforçam a importância dessa aproximação inicial, ao estabelecerem que as instituições devem criar estratégias adequadas para a inserção das crianças, respeitando suas características e necessidades individuais. Ao delegar a dimensão burocrática aos secretários ou funcionários administrativos da escola, cria-se a possibilidade de que a entrevista inicial entre família e professora ocorra em um momento posterior, especificamente dedicado a esse fim.

Essa abordagem estratégica e intencional permite um diálogo mais tranquilo, aprofundado e focado nas necessidades da criança, no qual a família pode compartilhar informações essenciais sobre o bebê ou a criança pequena, tais como seus hábitos cotidianos, preferências alimentares e de sono, formas de expressão, características temperamentais e particularidades do seu desenvolvimento. Bowlby (1989) ressalta que o conhecimento prévio sobre os padrões de apego e as relações estabelecidas pela criança em seu ambiente familiar é fundamental para que os educadores possam oferecer uma base segura durante o período de transição. Esse momento de troca genuína e de escuta atenta fortalece significativamente o vínculo inicial entre família e instituição, além de garantir que a professora construa uma compreensão mais ampla, sensível e contextualizada sobre a criança que irá acolher.

Tal conhecimento prévio, como aponta Ortiz e Carvalho (2012), revela-se crucial para que o processo de acolhimento se inicie de forma verdadeiramente individualizada, respeitosa e alinhada às singularidades de cada criança e de cada contexto familiar. A construção dessa parceria entre família e escola, fundamentada no diálogo e na confiança mútua, constitui a base para um acolhimento que respeite o ritmo e as necessidades emocionais da criança pequena.

6.3 Entrevista

A entrevista, geralmente elaborada pela própria instituição, é um momento crucial para que os pais e a equipe escolar possam trocar informações. Nela, são abordadas questões pertinentes sobre a criança, mas os pais também têm a oportunidade de esclarecer suas dúvidas sobre o trabalho pedagógico. Esse diálogo pode ocorrer no ato do registro da matrícula ou em uma data

agendada, dependendo da organização da escola. Sobre esse processo inicial, Freitas, Landin e Ariosi (2019, p. 562) destacam que:

[...] esse primeiro momento como essencial para conhecer as famílias, por meio de entrevista, conversas, permitindo que a família conheça também o ambiente escolar e tire dúvidas com os profissionais da educação, para que dessa forma elimine ou diminua inseguranças que as famílias sentem, que apesar de comuns, muitas vezes atrapalham no acolhimento nos primeiros dias da criança na escola.

Conhecer o ambiente onde o filho irá passar boa parte do dia é essencial, geralmente as entrevistas contam com questões pré-definidas desenvolvidas pela escola, a entrevista colabora com a apresentação das características da criança, que envolvem: saúde, alimentação, sono, hábitos familiares, os detalhes que a criança gosta e o que geralmente pode a deixar triste e insegura, essas informações coletadas pela professora vão fazer com que ela identifique quais ações realizar quando a criança iniciar a frequência na instituição. Sobre esse diálogo, Dotto (2019, p.49) elucida:

Como alternativas poderiam ser realizadas entrevistas nas instituições, mesmo antes do ingresso dos bebês, pois estes são considerados bons momentos para se desenvolver uma comunicação eficaz. Isto poderá clarificar as informações aos pais sobre como ocorrerá o processo de adaptação, bem como prováveis reações, sejam das crianças ou dos próprios cuidadores.

As informações obtidas durante a entrevista inicial revelam-se fundamentais para o trabalho do professor e para a qualidade do acolhimento oferecido. Conforme Gurgel (2011), elas colaboram diretamente com o planejamento pedagógico e permitem que o educador antecipe as possíveis reações do bebê ao iniciar sua rotina na creche. Conhecer previamente os ritmos de sono, alimentação e as formas particulares de comunicação de cada bebê capacita o professor a responder de maneira mais sensível às demandas infantis, elemento central para que o ambiente educativo funcione, segundo Winnicott (2007), como suporte adequado ao desenvolvimento emocional.

Mais do que uma simples coleta de dados burocráticos, a entrevista também representa um momento crucial para o início da parceria entre família e escola. É nesse encontro que ocorre a apresentação física da criança à professora, possibilitando que os primeiros laços de confiança comecem a se tecer antes mesmo do primeiro dia letivo. Para Bowlby (1989), a qualidade das relações estabelecidas pelos adultos que cercam a criança influencia

diretamente a capacidade dela de explorar novos ambientes com segurança, razão pela qual esse momento inicial de conhecimento mútuo entre família e educadora mostra-se tão relevante.

Embora a presença da criança durante a entrevista seja uma possibilidade válida e possa até mesmo favorecer um primeiro reconhecimento do espaço, recomenda-se que essa conversa aconteça em momento distinto do primeiro dia de permanência da criança na instituição. Essa organização temporal permite que a professora dedique sua atenção integral ao diálogo com a família, sem as solicitações simultâneas que o cuidado direto com o bebê naturalmente demanda. Dessa forma, cada momento ganha sua especificidade e pode ser vivido com maior profundidade.

Tal estruturação gradativa do processo de inserção, que oferece às famílias oportunidades progressivas de aproximação com a instituição, encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), que orientam para a necessidade de estratégias respeitosas e individualizadas de acolhimento. Ao proporcionar esse tempo de familiarização prévia, reduzem-se as inseguranças naturais desse período de transição, favorecendo uma experiência mais positiva para todos os envolvidos.

6.4 Ambiente

A decoração do ambiente escolar está diretamente ligada ao acolhimento, pois se trata do lugar em que o bebê passará uma parte do seu dia, por vezes o dia todo, com encontro familiar no final da tarde. A decoração precisa ter intencionalidade pedagógica, Gobbato; Barbosa (2015) com estratégias que transformam o ambiente físico em um lugar acolhedor, que transmite segurança e pertencimento, mas que precisa ser pensado e desenvolvido conforme as necessidades dos bebês e também dos adultos que ali passarão boa parte do tempo.

Cores suaves, iluminação natural, elementos que remetem à natureza, criação de cantinhos aconchegantes que tenham, almofadas, tapetes macios e brinquedos sensoriais, que convidam a criança a relaxar e explorar com calma esse espaço conforme suas necessidades. “Para proporcionar um ambiente respeitoso (aos adultos e às crianças), é necessário prever, projetar, organizar, realizar, manter e renovar...” (Staccioli, 2013, p. 5).

Conforme Winnicott (1982), o desenvolvimento saudável da criança está profundamente ligado à presença de um ambiente suficientemente bom, que funcione como continente para suas necessidades físicas e emocionais. Essa compreensão nos leva a reconhecer que o acolhimento inicial não se limita à recepção física da criança no espaço escolar, mas envolve a construção de um ambiente afetivo e seguro, capaz de sustentar o bebê nas primeiras separações e transições.

O ambiente educativo precisa ser cuidadosamente planejado de forma a atender às necessidades específicas dos bebês e das crianças pequenas. Nesse sentido, a participação ativa dos responsáveis pela criança na construção desse cenário pode constituir uma estratégia valiosa para torná-lo mais acolhedor, desde que sempre em consonância com a proposta pedagógica e curricular da instituição. Essa colaboração entre família e escola na organização dos espaços reforça o sentimento de pertencimento e contribui para que a criança reconheça elementos de seu cotidiano doméstico no ambiente educativo. Staccioli (2013, p. 4) propõe uma reflexão importante sobre essa questão:

Imaginemos hoje um conjunto de professores, com pais, funcionários e estagiários, reunindo-se alguns dias antes do início das atividades para refletir sobre como poderiam organizar um ambiente educativo adequado para as crianças da pré-escola.

Dessa forma, torna-se possível não apenas a participação efetiva dos familiares no processo de adaptação gradual e acolhedora do bebê à instituição educativa, como também o seu envolvimento direto na construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor e significativo para a criança.

A organização de espaços que dialoguem com as experiências familiares, sem perder de vista a identidade pedagógica da instituição, representa uma das dimensões fundamentais do acolhimento na educação infantil. Quando a família contribui com objetos pessoais, fotografias, sugestões sobre a disposição dos espaços ou elementos que remetem ao cotidiano doméstico da criança, cria-se uma ponte afetiva entre o lar e a creche, facilitando o trânsito emocional do bebê entre esses dois universos.

Essa construção compartilhada do ambiente educativo materializa, na prática, os princípios defendidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Infantil (Brasil, 2009), que preconizam a indissociabilidade entre cuidar e educar e a necessidade de estabelecer relações de parceria com as famílias. Mais do que isso, evidencia o reconhecimento de que o acolhimento não se restringe aos primeiros dias ou semanas de frequência da criança, mas constitui uma postura permanente da instituição, que se renova cotidianamente nas múltiplas formas de receber, acolher e incluir bebês e suas famílias.

Assim, reafirma-se que o sucesso desse processo depende fundamentalmente da articulação entre conhecimento teórico sobre o desenvolvimento infantil, sensibilidade pedagógica, organização institucional cuidadosa e, sobretudo, do estabelecimento de relações genuínas de confiança e parceria entre educadores e famílias. Somente assim a entrada da criança na educação infantil poderá configurar-se como uma experiência enriquecedora, respeitosa e verdadeiramente acolhedora.

6.5 Objeto transicional

O conceito de objetos transicionais foi desenvolvido por Winnicott ao estudar as relações afetivas iniciais entre mãe e bebê. É um objeto que geralmente o bebê atribui um valor afetivo e o carrega consigo com frequência, por ser o primeiro não-eu reconhecido por ele. Fase em que ele começa a reconhecer a mãe como um ser distinto dele, mas ainda depende fortemente dela como base emocional.

O termo 'objetos transicionais' foi cunhado por Winnicott em 1951. Trata-se de objetos aos quais bebês e crianças se apegam para se sentirem mais confiantes, principalmente quando se separam ou ficam distantes da mãe e/ou outro representante da figura materna [...] (Vercelli; Negrão, 2019, p.5).

Ele simboliza um espaço intermediário entre a realidade interna e externa, um estágio de maturação que marca a passagem da dependência absoluta para a relativa, ou seja, o quando o bebê começa a distinguir ele da mãe (Winnicott, 1975). O objeto pode ser um paninho, uma fralda, uma pelúcia ou outro objeto que o bebê escolhe, ele ajuda a criança suportar a separação, mesmo na ausência da mãe.

Quando começa a frequentar a creche, especialmente durante os primeiros meses de vida o objeto transicional atua como mediador entre o bebê,

a mãe e o novo ambiente. Ele permite que o bebê reconheça algo familiar em meio ao desconhecido, funcionando como um símbolo de segurança e estabilidade emocional. Ao manter consigo um objeto que tem cheiro, textura e memória afetiva do lar, o bebê encontra suporte para explorar o novo espaço e estabelecer gradualmente vínculos com as educadoras.

O estudo feito por Vercelli e Negrão (2019, p. 13) com professoras de creche identificou que os bebês que utilizaram os objetos transicionais: [...] “se adaptaram à creche com mais facilidade, ficaram mais tranquilas e seguras, costumavam chorar menos e se acalmavam mais facilmente”, especialmente quando chegavam na instituição, na hora do sono e da alimentação, momentos em que os bebês se isolavam e ficavam mais chorosos (Vercelli; Negrão, 2019).

Desse modo, compreende-se que os objetos transicionais não são apenas “pertences pessoais” das crianças, mas, sim, ferramentas de mediação afetiva que sustentam o desenvolvimento emocional e cognitivo na primeira infância. Ao reconhecer seu valor, a creche humaniza o acolhimento, reafirma o respeito à individualidade infantil e transforma o período de adaptação em uma experiência de construção de vínculos, confiança e pertencimento.

Diante da relevância dos objetos transicionais para o processo de acolhimento, torna-se fundamental que as instituições de educação infantil estabeleçam práticas que legitimem e valorizem seu uso. Isso implica, primeiramente, em orientar as famílias, já na entrevista inicial, sobre a importância de identificar e disponibilizar o objeto de apego da criança durante o período de adaptação e mesmo após sua conclusão, sempre que o bebê demonstrar necessidade.

É essencial que os educadores compreendam que o objeto transicional não deve ser retirado da criança arbitrariamente ou em horários específicos, pois ele representa uma extensão simbólica da figura materna e do ambiente familiar. Respeitar o tempo e o ritmo de cada criança para se desvincular gradualmente desse objeto faz parte do processo natural de amadurecimento emocional defendido por Winnicott (1975). Forçar o distanciamento precoce pode gerar insegurança, ansiedade e dificultar o estabelecimento de vínculos seguros com os educadores.

Além disso, a instituição deve criar condições materiais para que o objeto seja preservado e esteja acessível sempre que a criança necessitar. Isso inclui ter um local adequado para sua guarda durante atividades em que não possa ser utilizado por questões de segurança, bem como estabelecer combinados com as famílias sobre higienização e reposição, caso necessário. O diálogo com os pais também é fundamental para compreender o significado específico que aquele objeto tem para cada bebê e como ele costuma utilizá-lo em casa, informações que auxiliam os educadores a manejarem situações de choro, sono ou desconforto.

Por fim, vale ressaltar que a presença do objeto transicional não elimina a necessidade de outras estratégias de acolhimento discutidas neste trabalho, mas se soma a elas como mais um recurso que favorece a transição entre o ambiente familiar e o institucional. A compreensão teórica desse fenômeno, aliada à sensibilidade prática dos educadores, potencializa a capacidade da creche de oferecer um acolhimento verdadeiramente respeitoso às necessidades emocionais dos bebês, contribuindo para uma experiência de inserção menos traumática e mais promotora de desenvolvimento.

6.6 Envolvimento da família

O acolhimento nos primeiros dias de um bebê na creche é fundamental para proporcionar experiências positivas. Para que esse processo seja bem-sucedido, a recomendação, segundo o Brasil (2018), é que uma pessoa de confiança da criança participe ativamente desse momento. Geralmente, essa pessoa é um familiar que consegue responder às necessidades do bebê, servindo como uma ponte para que ele perceba o novo ambiente de forma mais tranquila.

A família é a base do desenvolvimento inicial do bebê. Por essa razão, o apoio e a participação familiar são determinantes para o sucesso do acolhimento na instituição de ensino. Assim, prevê-se a necessidade de:

[...] realizar o período de acolhimento inicial da criança com uma atenção especial às famílias ou responsáveis, possibilitando a presença de um representante nas dependências da Instituição, em conjunto com os Professores e profissionais da Educação Infantil; (Brasil, 2019, p. 55).

O contato entre o professor e o responsável é crucial para o conforto do bebê nos primeiros dias de creche. Inicialmente, a família é a principal a sentir os impactos da mudança e, por isso, precisa confiar no processo. Por sua vez, a escola deve compreender a importância dessa relação, pois os sentimentos do familiar — como a ansiedade ou a segurança — podem influenciar diretamente no bem-estar da criança durante o acolhimento.

A maneira como a família e, em especial, a mãe vê a entrada do filho pequeno no berçário exerce uma influência marcante sobre a reação da criança. A relação muito intensa existente entre eles determinará a forma como muitas das emoções da mãe nesse momento serão percebidas e expressas nos comportamentos do bebê. (Gurgel, 2011, p.70).

Quando o responsável demonstra confiança na instituição e transmite segurança, a criança tende a se sentir mais tranquila. Por isso, a instituição precisa estar organizada para receber a criança em conjunto com um responsável. (Rasche, 2020). Essa mesma indicação de um responsável, no qual o bebê já tenha confiança, permanecer na creche até a ela confiar nesse novo lugar é defendida por Rapoport; Piccinini (2001, p.71) que explicam que:

Considerando que a entrada na creche envolve uma série de mudanças para o bebê e sua família, é desejável que, no período de adaptação, a mãe/pai ou familiar fique junto à criança para auxiliar na exploração deste ambiente estranho e no estabelecimento de novos relacionamentos com as educadoras e outras crianças.

Segundo Malaguzzi (1999), a relação entre a escola e a família deve ser fundamentada na escuta mútua e na corresponsabilidade. Nesse sentido, o acolhimento não pode ser visto como uma ação pontual ou isolada. Ele precisa ser integrado a um projeto pedagógico que considere a criança como protagonista do processo de aprendizagem e a família como uma parceira insubstituível. Essa visão conjunta garante que as estratégias de acolhimento sejam contínuas e alinhadas aos valores e objetivos educacionais da instituição. Por isso,

Pensar na família como parte importante no desenvolvimento da criança, facilita esse processo de inserimento e também os demais momentos em que a criança passa na escola, pois quando a unidade escolar consegue ver e aceitar a instituição familiar como unidade pedagógica - apesar da sua educação informal - isso poderá fortalecer a relação de parceria com a creche, desenvolvendo melhor a função de complementariedade, e dessa forma os profissionais da educação

têm uma compreensão da importância da família para o desenvolvimento da criança. (Freitas; Landin; Ariosi, 2019 p. 560)

O desenvolvimento saudável do bebê não é uma responsabilidade exclusiva da família ou da escola, mas uma construção que se dá na parceria entre ambas. É a partir dessa colaboração e da troca de saberes que se cria um ambiente propício para o crescimento e a aprendizagem mútua, beneficiando diretamente a criança.

Por isso, é importante que um dos pais ou um responsável acompanhe os primeiros dias na creche: além de mostrar ao educador aspectos relevantes da rotina familiar, ele vai transmitir à criança segurança até que ela consiga ficar sozinha. Para a adaptação ser completa, é fundamental também o educador compartilhar com a família as experiências inéditas que os bebês vivenciam no berçário. (Gurgel, 2011, p. 69).

Visto que alguém de confiança do bebê esteja presente no processo de acolhimento, é primordial que esse contato seja planejado com a intenção de aprofundar sobre como essa relação deverá acontecer no ambiente institucional que pode ser chamado de ambientação gradual.

A ambientação gradual é um dos pilares para evitar traumas e promover segurança. Significa que a criança não deve ser lançada de imediato em uma rotina de permanência integral sem antes conhecer e reconhecer o espaço e as pessoas que dele fazem parte. Jacques, (2014, p. 58) discorre sobre esse assunto aconselhando:

[...] que a inserção ocorra gradualmente e que vá progredindo à medida que a criança demonstra sinais de segurança em relação ao espaço, as outras crianças e os adultos. Esta percepção dá sentido à ideia de inserção como um processo e não como uma etapa a ser cumprida, em um prazo para terminar, estabelecido previamente.

O processo de acolhimento vai além de um tempo específico; ele se trata de um percurso que busca identificar as necessidades e os caminhos a serem seguidos para que a adaptação seja positiva. Um exemplo de abordagem pedagógica centrada nessa visão é a de Reggio Emilia, cidade que, após a Segunda Guerra Mundial, construiu um sistema educacional com foco na educação infantil. No contexto citado, o processo de acolhimento se inicia com encontros entre pais e educadores antes do começo oficial das aulas, uma prática descrita por Bove (2002, p. 135):

Durante todo o processo de inserção, a presença de uma pessoa com quem a criança já esteja familiarizada é de grande importância. Depois de uma série de comunicações entre família e a creche e de algumas visitas ao local, convidam-se os pais a trazerem a criança à creche para passarem juntos algum tempo lá. Durante os primeiros dias, os pais e a criança ficam algumas horas observando, brincando e interagindo com os professores e com outras famílias. A cada dia, os pais e a criança passam mais tempo na creche, até que atinjam o número de horas que ela ficará lá.

Após o estabelecimento de uma relação e diversas trocas com a família, a criança inicia seu contato com a instituição. Nesse momento, ela tem a oportunidade de explorar o ambiente sem pressão, brincar com objetos e interagir brevemente com a professora. Esse primeiro contato é essencial para criar memórias positivas e reforçar a sensação de segurança.

A importância dessa parceria é também reforçada pela legislação brasileira. Conforme o Brasil (2018, p. 56), é fundamental "realizar encontros periódicos entre mães, pais, familiares ou responsáveis visando à qualidade da educação das crianças, em conjunto com os Professores e profissionais de apoio da Educação Infantil". Esses encontros são cruciais para estreitar o contato, principalmente no início do ano, e para que as famílias e a equipe escolar possam trocar ideias sobre como o acolhimento inicial dos bebês pode ser mais eficaz.

Outra estratégia que favorece significativamente o acolhimento consiste em iniciar o processo de inserção com um número reduzido de crianças, ampliando gradualmente a quantidade de bebês no grupo à medida que cada um demonstra sinais de adaptação e segurança. Da mesma forma, o tempo de permanência na instituição deve ser inicialmente reduzido, sendo progressivamente ampliado de acordo com as reações individuais de cada bebê. Essa abordagem gradativa permite que os educadores dediquem atenção mais individualizada a cada criança, observem suas necessidades específicas e ajustem o processo conforme o ritmo de cada uma, respeitando suas singularidades emocionais e comportamentais.

Iniciar o acolhimento em pequenos grupos faz com que o educador ofereça atenção individualizada observando as reações de cada bebê e ajustando sua abordagem, facilitando uma relação estável, e formando um vínculo preciso, conforme enfatiza Gurgel (2011). Um estudo feito por Rapoport e Piccinini (2001) identificou que a maioria das escolas que fizeram parte da

pesquisa, adotam um tempo menor de permanência do bebê nos primeiros dias na instituição e descrevem da seguinte forma:

Este estudo examinou, em particular, três temas relacionados à adaptação de bebês à creche. Em relação ao processo de adaptação nas creches, de uma forma geral, o horário reduzido nos primeiros dias tem sido muito utilizado. Isto se faz necessário para fazer uma transição gradual dos cuidados maternos para os cuidados dispensados pela(s) educadora(s) num ambiente desconhecido que é o da creche. Além disso, auxilia na elaboração da separação mãe bebê procurando atenuar este processo para a diáde. (Rapoport; Piccinini 2001, p. 76).

A redução do tempo de permanência nos primeiros dias é indispensável na construção de novos vínculos, pois respeita a individualidade da criança e de sua família. Conforme Winnicott (1982) destaca, o desenvolvimento saudável da criança está profundamente ligado à presença de um "ambiente suficientemente bom", que funcione como um continente para suas necessidades físicas e emocionais. Essa compreensão nos leva a reconhecer que o acolhimento inicial não se limita à recepção física da criança no espaço escolar, mas envolve a construção de um ambiente afetivo seguro, capaz de sustentar o bebê nas primeiras separações e transições.

Essa dimensão prática do acolhimento pode ser ilustrada a partir de minha própria experiência, que serviu como ponto de partida para a construção deste estudo. As vivências com minhas filhas, Sabrina e Heloisa, revelam as complexidades da adaptação em contextos reais, muitas vezes distantes do modelo ideal.

No caso de Sabrina, a entrada na creche, aos dois anos, foi marcada pela urgência da matrícula e pela falta de informação sobre o funcionamento da instituição. O primeiro contato com a professora foi superficial e, apesar da tranquilidade inicial da criança, a ausência de um diálogo aprofundado se revelou na imediata cobrança sobre o uso de fraldas. A fala da professora, "ela vai ficar bem, ela não chorou", ilustra uma visão simplista do acolhimento, focada apenas na ausência de choro, e não na complexidade emocional da separação. O choro que veio no terceiro dia de adaptação confirmou que a ausência de choro inicial não era sinônimo de bem-estar, mas, sim, de uma reação emocional adiada. A estabilidade só foi alcançada com a continuidade da rotina, mas a insegurança inicial revela uma falha no *holding* — o suporte afetivo necessário para que a criança se sinta segura e amparada no novo ambiente.

A experiência com Heloisa, aos oito meses, embora diferente, também aponta para a relevância do *holding*. Mesmo com uma tentativa de preparação verbal por parte da família, a recusa de Heloisa em ser entregue demonstra a dificuldade da separação. A mãe, ao ficar angustiada do lado de fora da sala, reflete a necessidade por parte da família de se sentir amparada, o que foi parcialmente aliviado pela intervenção de outra mãe. Esse episódio reforça a ideia de que o acolhimento não é apenas para a criança, mas também para os pais, que precisam de um ambiente que os "segure" emocionalmente. A observação de Heloisa, que em alguns dias ficava bem e em outros chorava, ilustra a variação do processo de adaptação, que raramente é linear. O "semblante triste por estar sendo deixada" evidencia o impacto da separação, algo que um ambiente suficientemente bom deve reconhecer e acolher.

Ambas as experiências, embora singulares em suas particularidades, evidenciam a importância fundamental de um acolhimento que transcenda procedimentos meramente burocráticos ou protocolares. Elas revelam a necessidade premente de estabelecer uma relação de suporte mútuo e parceria genuína entre escola e família, na qual o professor não apenas gerencia aspectos organizacionais da rotina, mas se constitui como um verdadeiro "continente" emocional capaz de acolher e responder sensivelmente às necessidades afetivas tanto da criança quanto de seus pais ou responsáveis. Essas práticas concretas validam, no cotidiano da educação infantil, os fundamentos teóricos propostos por Winnicott (1975; 2007) sobre a importância do ambiente acolhedor e suficientemente bom para o desenvolvimento emocional saudável, demonstrando que teoria e prática podem e devem caminhar articuladas na construção de experiências educativas verdadeiramente respeitadas e humanizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre a adaptação inicial de bebês é falar de um dos momentos mais delicados e significativos da vida escolar e familiar. É nesse instante de separação e reencontro que se tecem os primeiros fios da confiança entre a criança, a família e a instituição. Foi justamente esse entrelaçamento de emoções, vínculos e descobertas que moveu este trabalho, cujo propósito foi compreender o acolhimento no período de adaptação dos bebês e refletir sobre o papel das creches como espaços de afeto, segurança e pertencimento.

Para alcançar esse entendimento, foi necessário olhar para trás e revisitar a história das creches, compreender como evoluíram de espaços de caráter assistencial para ambientes educativos e formadores. Também foi essencial conceituar e aprofundar o significado de acolhimento e adaptação, reconhecendo que esses processos não se resumem a rotinas ou protocolos, mas dizem respeito a algo muito mais profundo: o cuidado com o humano em sua forma mais pura e frágil, o bebê que começa a descobrir o mundo.

A revisão teórica revelou que a adaptação é um processo sensível, repleto de nuances e de sentimentos. Envolve não apenas a criança, mas também os pais e os profissionais que a recebem. Exige paciência, empatia e disponibilidade afetiva. O acolhimento, nesse contexto, surge como um gesto de escuta e presença: um olhar que reconhece o outro, um abraço que tranquiliza, uma palavra que dá segurança. É nesse espaço entre o cuidado e a confiança que o bebê encontra as bases emocionais para se desenvolver.

A teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott foi um alicerce importante nesta reflexão, pois ela nos ensina que a criança cresce e se fortalece quando encontra um “ambiente facilitador”, um espaço que acolhe, protege e permite o florescer da independência. Assim como o bebê se apoia na figura materna para se lançar ao mundo, ele precisa encontrar na creche adultos que saibam acolher com sensibilidade, respeitando o tempo e o ritmo de cada um. A professora, então, torna-se não apenas mediadora do conhecimento, mas, também, uma figura de referência emocional, alguém que ajuda a transformar o desconhecido em abrigo.

Encerrar esta pesquisa é, de certa forma, revisitar o próprio caminho percorrido. Foi um processo que ultrapassou as fronteiras da teoria e se entrelaçou com experiências pessoais, memórias e afetos. Cada leitura, cada reflexão e cada lembrança contribuíram para reafirmar a importância do acolhimento como princípio humano e educativo. Mais do que uma exigência legal, ele é uma necessidade vital, um direito afetivo da criança que chega à creche pela primeira vez, ainda carregando em seu olhar o aconchego de casa e a expectativa do novo.

Os documentos oficiais, oferecem orientações valiosas sobre a importância de práticas que respeitem o desenvolvimento integral da criança. Contudo, na realidade cotidiana, essas orientações ainda enfrentam barreiras concretas: turmas numerosas; infraestrutura inadequada e insuficiente; ausência de tempo para planejar; carência de formação continuada; e, muitas vezes, a pressão por resultados rápidos que desconsidera o tempo afetivo de cada bebê. É nesse espaço de tensão entre o ideal e o possível que o educador se coloca e que o acolhimento ganha ainda mais valor.

O bebê pequeno, especialmente entre 0 e 2 anos, organiza seu mundo a partir de rostos conhecidos, gestos gentis e ambientes previsíveis. Uma ruptura brusca pode desorganizar esse universo tão recém-formado. Por isso, o acolhimento não deve ser visto como um momento passageiro, mas como um modo de ser da instituição: uma postura permanente de cuidado, respeito e amorosidade.

Ao concluir este trabalho, reafirmo a convicção de que acolher é mais do que um ato educativo, é um gesto de humanidade. É reconhecer a criança em sua totalidade, valorizar seu tempo, suas emoções, seu choro e seu sorriso como expressões legítimas de quem está aprendendo a confiar no mundo. Que cada educador e cada instituição possam ver na adaptação não apenas um desafio, mas uma oportunidade preciosa de construir vínculos, fortalecer afetos e semear experiências que a criança carregará por toda a sua vida.

Este estudo, ao cumprir seus objetivos delimitados de compreender o acolhimento no período de adaptação dos bebês à luz da teoria e da legislação, abre caminhos para futuras investigações que possam expandir e aprofundar aspectos aqui abordados. Pesquisas que incluam a escuta direta de educadores

e famílias, a observação de práticas cotidianas em diferentes contextos institucionais, ou ainda estudos comparativos entre distintas realidades socioeconômicas poderiam enriquecer ainda mais a compreensão desse fenômeno tão complexo e multifacetado. Da mesma forma, investigações que se dediquem a compreender como os próprios bebês vivenciam e significam esse processo de transição, ou como as políticas públicas podem efetivamente apoiar as instituições na implementação de práticas acolhedoras sustentáveis, representam desdobramentos importantes e necessários. Fica, portanto, o convite para que outros pesquisadores se debrucem sobre esse tema fundamental, contribuindo para que a educação infantil se torne, cada vez mais, um espaço de acolhimento genuíno e de desenvolvimento pleno para todos os bebês e suas famílias.

Assim, este estudo não se encerra aqui. Ele se prolonga nos olhares atentos das professoras, nas mãos que acolhem, nas salas que recebem com ternura e nos corações que compreendem que, antes de aprender, é preciso se sentir seguro. Acolher é, afinal, o primeiro passo para ensinar.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Ana Thereza Malucelli de; OLIVEIRA, Sidney Nilton de. Relações entre cuidadoras e bebês: como criar vínculos e proporcionar afeto dentro dos berçários. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 76-85, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8086009.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

AMORIM, Kátia de Souza; ANJOS, Adriana Mara dos; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Processos interativos de bebês em creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 378-389, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/FTP6Jqj9dDgvNmVYHvjD4RJ/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Carmem Maria. Especificidades da ação pedagógica com bebês. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: MEC/UFMG, 2010.

BOWLBY, John. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOSSI, Tatiele Jacques; BRITES, Sílvia de Andrade Neves Dias; PICCININI, Cesar Augusto. Adaptação de bebês à creche: aspectos que facilitam ou não esse período. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 27, p. 448-456, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/qvLNRNcht3kXPdGQJz4JmMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 19 fev. 2024

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: CNE/CEB, 1999. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12579:educacao-infantil>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 824, 14 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 56 p. Disponível em: https://redehumanizasus.net/sites/default/files/10_0378_final_acolhimento_e_classificacao_de_risco_ue.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês: manual de orientação pedagógica: módulo 2**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BOVE, Chiara. **Inserimento**: uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamento e comunicações. In GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (orgs). **Bambibi**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002, 263p.

BUENO, Karina de Queiroz. **Psicanálise e educação: do "período de adaptação" ao (im) possível de adaptar**. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DENTZ, Marisa Von; CASTRO, Cíntia Regina Czysz de; NEDER, Kaira;

AMORIM, Kátia de Souza. Processos de transição com ingresso de bebês na Educação Infantil: revisão bibliográfica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gJXWHy7LvmHBX9y3Y8cnfFL/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.

DICIO. **Dicionário online de Português**. 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai... In: **Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, 2001. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3033>. Acesso em: 9 set. 2025.

DOTTO, Fernanda Real. **Necessidades emocionais de bebês e crianças pequenas na primeira infância em educação infantil: produção de vídeos para famílias e educadores**. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil) - Universidade Franciscana, Santa Maria, 2019.

FERREIRA, Ludmilla Dell'Isola Pelegrini de Melo. **Expressões emocionais de bebês e práticas de cuidado e educação em diferentes contextos de desenvolvimento**. 2020. 177 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

FERREIRA, Marisa Vasconcelos. Os bebês na Educação Infantil: um olhar para as relações creche e famílias. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 22, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/recc.v22i3.3646>. Acesso em: 27 out. 2023.

FREITAS, Natália Ferraz; LANDIM. Sorrana, Penha Paz; ARIOSI, Cintia Magda Fernandes O apego do apego no processo de inserimento da criança na creche. In: **Congresso internacional de educação da unoeste**, n. 2., 2019, Presidente Prudente. Anais [...]. Presidente Prudente: Unoeste, 2019, p. 558-568.

FULY, Viviane Moretto da Silva; VEIGA, Georgea Suppo Prado. Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 2, n. 6, p. 86-94, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/viewFile/588/552>. Acesso em: 20 maio 2024.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Os bebês nos corredores da creche: num espaço entre espaços, explorações e acolhimento. **Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 6, n. 3, p. 95-115, 2015. DOI: 10.30681/reps.v6i3.9686. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/9686>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GRANDE, Catarina Rodrigues. A experiência do bebê na creche: percepções de mães e de educadoras no período de transição do contexto familiar para a creche. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 35, n. 2, p. 247-262, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/106474>. Acesso em: 27 out. 2024.

GURGEL, Karina Machado Rocha. **A relação mãe-bebê e a adaptação a um berçário: suas influências mútuas**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

JACQUES, Rúbia Eneida Holz. **Inserção na Creche e Relações Sociais: estudo de caso de um bebê recém-chegado**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

JACQUES, Tatiele Bossi; SOARES, Elenice; SOBREIRA, Rita de Cassia; PICCININI, Cesar Augusto. Adaptação à creche e o processo de separação-individuação: reações dos bebês e sentimentos parentais. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 250-260, 2014. DOI: 10.15448/1980-8623.2014.2.16283. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/16283>. Acesso em: 27 out. 2023.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/>. Acesso em: 9 set. 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

MACARINI, Célia Verônica. **As primeiras experiências das crianças na educação infantil**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MADEIRA, Maria Cristina. **Uma escola municipal de educação infantil como lugar de experiência, comunicação e relações: contribuições para a construção de uma Pedagogia da Infância**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica de Reggio Emilia. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-67.

MARCOS, Suélen Cristiane; ZAUHYGARDS, Gilza Maria. A formação de um vínculo afetivo entre educadoras e crianças como possibilidade para uma adaptação feliz à creche. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 13, n. 3, p. 07-13, 2017. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1776>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MEDEIROS, Juliana. Acolhimento Institucional: o que é e quais modalidades? **GESUAS**, 2023. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/>. Acesso em: 20 maio 2024.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: **UNESCO**; MEC/SEB; Fundação Orsa, 2011. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/54525/mod_resource/content/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

OLIVEIRA, Suélen Cristiane Marcos de. **O processo de adaptação das crianças na educação infantil**: os desafios das famílias e dos educadores da infância. 2018. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ORTIZ, Cisele; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de. **Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação**. São Paulo: Blucher, 2012.

PANTALENA, Eliane Sukerth. **O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. **Currículo do sistema municipal de ensino de Presidente Prudente**. Presidente Prudente-SP. 2020

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 81-95, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/5GPg5rM88QtThRNMxHfXpPb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.

RAPOPORT, Andrea. **Da gestação ao primeiro ano de vida do bebê: apoio social e ingresso na creche**. 2003. 226 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RAPOPORT, Andrea; BOSSI, Tatiele Jacques; PICCININI, Cesar Augusto. **Adaptação de bebês à creche aos 4-5 meses de idade: as 10 primeiras semanas**. **Psico**, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 81-93, 2018. DOI: 10.15448/1980-8623.2018.1.25750. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/25750>. Acesso em: 27 out. 2023.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar. Concepções de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 69-78, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/WWGGdrBdjbSZzdmZ4pSQtnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2024.

RASCHE, Marinez Renata. O processo de acolhimento e adaptação do bebê na creche em Sinop, Mato Grosso. **Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 11, n. 2, p. 307-316, 2020. DOI: 10.30681/rep.v11i2.10304. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10304>. Acesso em: 27 out. 2023.

SÃO PAULO (ESTADO). **Currículo Paulista**. São Paulo: SEE-SP, 2019. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf.

SILVA, Viviane Ramos da. **Bem-estar materno e processos de inserção escolar de bebês: uma proposta de sistematização**. 2017. 74f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria – RS.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância**/ Gianfranco Staccioli; tradução (do italiano) Fernanda Ortale e Ilse Paschoal Moreira. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção formação de professores. Série educação infantil em movimento).

TEIXEIRA, Marília Coutinho. A formação em psicanálise. In: **A teoria do amadurecimento pessoal e do ambiente**: D. W. Winnicott. 2. ed. Criciúma: UNESC, 2023. p. 65-72. Acesso em: 9 ago. 2025.

UELLNER, Lindsay Guimarães; FRIZZO, Giana Bitencourt. Repercussões do choro dos bebês durante o processo de adaptação à creche. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 55, p. 88-97, jul. 2022 [Epub 31 ago. 2023]. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202022000200088&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 ago. 2025.

VARGAS, Gardia Maria Santos de. **Bebês em suas experiências primeiras: perspectivas para uma escola da infância**. 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; NEGRÃO, Tatiane Peres Alves. **Um olhar sobre o período de adaptação de crianças pequenas a um centro de educação infantil e o uso de objetos transicionais**. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 50, p. e13320, 2019. DOI: 10.5585/eccos nº 50.13320. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13320>. Acesso em: 27 out. 2023.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1965/2007.

WINNICOTT, Donald Woods. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1987/1996.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971/1975.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1984/2012.

WORST, Lariza. **Adaptação de bebês na educação infantil. Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 2, p. 469–485, 2016. DOI: 10.30681/rep. v7i2.9818. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9818>. Acesso em: 27 out. 2023.